



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0137/04	DATA: 10/03/04
INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 18h39min	DURAÇÃO: 03h53min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h44min.	PÁGINAS: 74	QUARTOS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IREMAR MARINHO DE BARROS - Jornalista do jornal *Extra* do Estado de Alagoas.
SIMONE BARBALHO - Delegada da Polícia Civil do Estado da Paraíba.
ANA MARIA SANTOS - Presidenta do Fórum de Direitos Humanos do Município de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há termos ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 21ª reunião. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do nobre Deputado José Carlos Araújo. Em discussão a ata. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a referida ata. Fiz distribuir cópias das correspondências recebidas, as quais se encontram à disposição dos senhores membros na Secretaria da Comissão. Quero informar que o prazo de funcionamento desta Comissão expira no próximo dia 23 de março. Já entregamos à Secretaria-Geral da Mesa um requerimento solicitando a prorrogação por mais 60 dias, assinado por mim e pelo Relator, nobre Deputado Luiz Couto. Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, tendo em vista que tivemos um atraso em decorrência de problemas técnicos, solicitamos que hoje possamos ouvir as 3 pessoas convidadas e que os requerimentos fiquem para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Defiro o pedido de V.Exa. Ordem do Dia. Item 1, audiência pública para tomada dos seguintes depoimentos. Testemunha: Iremar Marinho de Barros, jornalista do jornal *Extra*, do Estado de Alagoas. Convidada Simone Barbalho, Delegada de Polícia do Estado da Paraíba. Também convidada é Ana Maria Santos, Presidente do Fórum de Direitos Humanos de Santo Antonio de Jesus, no Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, questão de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, entendi o posicionamento do Deputado Luiz Couto, Relator, e a proposta de S.Exa. realmente tem sentido. Eu só queria perguntar a V.Exa. se fica convencionado que hoje só



faremos a oitiva dos 3 convidados intimados a vir aqui. Então, fica adiado o item 2 da pauta: a votação dos requerimentos da Ordem do Dia. É isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - A Presidência deferiu o pedido do Relator, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Era só um esclarecimento que eu queria. Está deferido, então? Hoje não teremos votação de nenhum requerimento. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Não. Hoje ouviremos as testemunhas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência solicita às convidadas que venham compor a Mesa. Um dos depoentes veio na qualidade de testemunha. Portanto, solicito ao Sr. Iremar Marinho de Barros que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Solicito a todos que fiquem de pé para ouvir o juramento.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: *“Art. 342. Fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral. Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa”*. Com a palavra a testemunha por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela, antes de responder as perguntas dos Srs. Deputados. Tem a palavra V.Sa. por até 20 minutos.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Eu sou jornalista, editor-geral do semanário *Extra*, do Estado de Alagoas, Maceió e Alagoas, e atual Presidente da cooperativa que mantém esse jornal. Em função da linha editorial, por ser um jornal feito por jornalistas — há 5 anos, quando o jornal foi fundado —, adotamos uma linha editorial independente e passamos a publicar matérias que jornais tradicionais jamais publicaram. Em função dessa linha editorial, posso dizer que, de 3 anos para cá o jornal, o jornal já foi invadido por um ex-Deputado Estadual e ex-Governador



que se sentiu ofendido por matéria publicada pelo jornal. Já foi invadido por outro Deputado Estadual — isso há 1 ano e meio —, Cícero Ferro, que acaba de sofrer um atentado a bala no interior do Estado, lá na sua cidade do interior 3 semanas atrás, além de outras ameaças muito sérias. Isso quase que semanalmente, por telefone e por cartas que chegam ao jornal todo o mês. Bem, a maior repercussão das matérias publicadas pelo jornal ocorreu quando o jornal passou a receber algumas cartas anônimas, cartas anônimas que o jornal resolveu publicar. Em princípio, sabem todos que a informação anônima ela carece de investigação, de confirmação, para ser publicada. Só que o jornal decidiu correr esse risco em função dos nomes que constavam na carta. Já eram nomes que corriam à boca miúda — como se diz — como pessoas participantes do crime organizado e com uma larga folha de crimes e de impunidade. Em função disso, o jornal correu esse risco com muita reação, inclusive dentro da própria categoria jornalística. Uma matéria anônima, sem credibilidade, provocou a reação imediata do Governo do Estado de seu Secretário de Segurança, que procuraram de todos os modos desacreditar o jornal. O jornal já vinha com essa linha crítica ao próprio Governo do Estado e se acirrou nessa questão. Então, o poder político estadual e as forças de segurança resistiram o quanto puderam para desacreditar o jornal e para não apurarem as denúncias, sob a alegação de que se tratava de denúncias anônimas, que não mereciam credibilidade. Mas a insistência com que o jornal passou a receber novas denúncias, novas cartas anônimas e não anônimas, assinadas, a existência do jornal fez com que se quebrasse essa resistência do Governo até o ponto do Governo passar a investigar 2 chefes do crime organizado, policiais civis, 2 policiais civis, chefiando cada um uma área de crime organizado, áreas essas, conforme estão nas publicações do jornal — e eu tenho as edições aí completas. Cada área dessa é ligada a determinado Deputado Estadual. Quando saiu essa informação, os Deputados reagiram, mas ficou apenas na reação. Para ver como um Deputado Estadual é acusado de uma coisa grave. E a reação dele é apenas reação. Sequer processou o jornal, sequer mandou o direito de resposta, sequer quis ser entrevistado. Em função disso, o Governo passou a investigar. Prendeu esses 2 policiais civis e militares, chefes de grupos de extermínio, de “justiceiros” como se chamam. Passou a investigar. Esses elementos passaram 30 dias presos e a



investigação prosseguiu. No 30º dia eles conseguiram ser liberados por *habeas corpus* do Tribunal de Justiça, do Presidente do Tribunal de Justiça, sob os protestos — aí já o contrário —, Secretário de Segurança e do Governador do Estado, que criticaram abertamente a atitude da Justiça que não devia ter liberado os acusados. Bom, foram libertados. Da libertação deles pra cá, se passaram mais uns 40 ou 50 dias. E na minha vinda pra cá, eu, ontem, consegui confirmar com o Secretário de Segurança, não sei se era mesmo verdade ou se, pelo fato de saber que eu vinha pra Comissão, ele me informou que os inquéritos desses 2 policiais e mais uns 5 ou 6... O Governador Ronaldo Lessa inclusive chegou a admitir que seriam presos 9 policiais envolvidos com o crime, inclusive delegados. Um delegado chegou a ser preso, pelo menos. Mas o próprio Governador foi a público e declarou que, em função das denúncias feitas pelo semanário *Extra*, seriam presos 9 policiais. Bom, o Secretário acaba de informar que concluiu os inquéritos, com as pessoas soltas, que tinham sido libertadas, concluiu os inquéritos, está encaminhando, amanhã, na sexta-feira, na Justiça, pedindo novamente a prisão preventiva desses 2 policiais, chefes do crime, e mais outros policiais, os auxiliares. Dito isso, eu passaria rapidamente a relatar tipo de denúncia que começou a chegar no jornal, a exemplo da carta-denúncia: “*A verdadeira história do crime de Alagoas*”. Isso dá detalhes das pessoas, os nomes das pessoas, os nomes de políticos inclusive, delegados, policiais, dá os nomes e dá os crimes. Relação dos crimes: crimes 11, 12... É uma relação de cerca de 30 crimes. Isso nessa relação. Outras relações chegam e incluem esses e mais outros. Quer dizer, as relações que chegam elas se casam e em alguns pontos elas se encontram. Segunda relação, incluindo também policiais civis e militares e delegados de polícia. Estamos trazendo aqui documento da Ordem dos Advogados: “*Comunicação de alguns casos de execuções extrajudiciais ocorridos no Estado de Alagoas para a Relatora Especial da ONU sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias*”. Está aqui: a chacina de Quilombo dos Palmares, a chacina do Conjunto Santa Lúcia, que são chacinas não resolvidas, não esclarecidas. Há a chacina de Marechal Deodoro; a chacina da Praça Arnon de Mello; execuções em União dos Palmares — são outras execuções —; chacina do Edifício Solares; chacina da cidade de Palmares, Pernambuco, e por aí vai. Este aqui é um documento da OAB, entregando à Relatora da ONU, Sra. Asma Jahangir.



Esse relatório foi entregue a ela. Outro documento da OAB: *Violência Contra Crianças, Adolescentes e Jovens de Alagoas*. Este documento é da OAB de Alagoas, de casos comprovados, oficialmente, pela OAB. Isso aqui faz parte desse documento. Isso aqui não são cartas anônimas; são cartas enviadas, assinadas, por uma testemunha que se encontra hoje sob proteção federal, do Programa de Proteção a Testemunhas, federal. Essa testemunha é o seguinte: ele foi assessor do Coronel Cavalcante. Já teve repercussão o nome deste senhor. O Coronel Manoel Cavalcante acabou de ser condenado, há 2 semanas, a 19 anos de prisão. Já tinha uma condenação de cerca de 20 anos e foi condenado. Acabou. Ele foi um dos chefes da chamada *Gangue Fardada*, de Alagoas. Era coronel da Polícia Militar e foi condenado por ter encomendado o assassinato do tributarista Sílvio Viana, que era o chefe da arrecadação estadual. Ele foi assassinado há 5 anos, está entrando o 6º ano. Essa pessoa aqui, essa testemunha, trabalhou com o Coronel Cavalcante, depois que deixou o Coronel Cavalcante e passou a denunciar todos os crimes, porque ela participava de tudo, sabia de tudo. E essas cartas foram — estas aqui — foram enviadas exclusivamente ao jornal. Então, o jornal publicou algumas delas. Bom, essa testemunha chegou a passar alguns dias num batalhão. Eu estive lá e, em um dos contatos que ela teve com a gente, numa das cartas que ele mandou, no fim, ele mandou isso aqui: *“PS: tomem cuidado com a sua segurança, vocês todos do jornal. Ouvei pessoas fazerem sérias ameaças contra vocês, principalmente contra você, Iremar, Fernando e Mosinho”*. Fernando Araújo e Gabriel Mosinho são os outros jornalistas que fazem parte do conselho editorial do jornal. Então, essa testemunha conviveu durante... Depois ele me confirmou por telefone e disse: *“Olha, eu ouvi eles lá fazendo sérias ameaças a vocês; assim, no meio de todo o mundo lá”*. Bom, essa testemunha inclusive foi depor no julgamento do Coronel Cavalcante, foi decisivo para a condenação do Coronel Cavalcante e revelou mais um fato que pode ser considerado estarrecedor, que já gerou novo processo. Já vinha se falando disso por debaixo dos panos, mas a testemunha, no final, revelou: que o Coronel Cavalcante estaria a serviço - isso foi publicado amplamente à imprensa de todo o Estado de Alagoas - estava a serviço do Deputado Federal João Lyra, que é Deputado Federal e usineiro, empresário, no Estado de Alagoas. Inclusive, hoje é candidato a prefeito em Maceió. Bom, o Deputado já rebateu essas



acusações e tal, disse que vai processar os caluniadores, mas, por enquanto, está quieto. O Ministério Público está decidindo que vai investigar o Deputado a partir dessas denúncias. Esta pessoa, hoje, está no Programa Federal de Proteção às Testemunhas. As cartas dele estão todas aqui assinadas. Este aqui é um documento, uma denúncia do Ministério Público. O Ministério Público denunciou um Deputado Estadual, um dos citados como chefe do crime organizado em Alagoas, o Deputado João Beltrão Siqueira. Está aqui: o Ministério Público estadual denunciando o Ministério da Justiça. Esses processos estão correndo no Ministério da Justiça. Deputado João Beltrão Siqueira. Esse é um crime de homicídio que ele comandou: um no Estado do Tocantins; o outro, no Estado do Pará. Isso é uma denúncia de um crime no Ministério Público. Esse aqui é denúncia de outro crime. Esse Deputado João Beltrão Siqueira foi há 2 semanas nos programas de televisão e de rádio denunciar jornalistas de nossos jornais, um deles nominalmente, e outros jornalista, tal, tal... Acabou essa questão lá revelando que ele também está por trás de mais um assassinato que ocorreu agora, no interior do Estado: um ourives, que teria ido vender ouro a eles, foi assassinado e a própria polícia confirmou que está investigando um vereador, que é policial civil e que é assessor deste Deputado. Isso aqui são coisas mais antigas. Esse senhor aqui, o João Guimarães, é um ex-policial federal e corregedor da Polícia Civil do Estado de Alagoas. Enquanto corregedor, ele, simplesmente, foi acusado de cometer 2 crimes: mandar matar um piloto e mandar matar uma pessoa, que é o caso Anderson, um caso também de grande repercussão. O caso Anderson é aquele que alguém mandou assassinar o rapaz, seqüestrar e assassinar, porque o rapaz - este, o corpo não apareceu até hoje - rapaz namorava com a filha dele. Ele desaprovava o namoro e mandou matar. Este é o caso, aqui: *"Ameaçada a testemunha do Caso Anderson"*. Esse é lá do outro jornal nosso. Essa aqui é uma carta, também, sobre esses crimes: *"Caso Anderson: Corregedor acusado de seqüestro"*. Aqui tem um dossiê. Esse dossiê falta atualizar, mas temos aqui o dossiê completo do Fórum Permanente Contra a Violência, de 1995. Estão aqui todos os crimes, todas as pessoas, todas as qualificações, crimes não resolvidos. Dossiê do Fórum Permanente Contra a Violência, de 95: *"Forum da Violência: relatório analítico sobre a violência em Alagoas"*. Relatório analítico sobre a violência em Alagoas. São vários casos. Alagoas: Democracia em Pedacos,



Dossiê de 96; Fórum Permanente contra a Violência. Isso era em 96. Existem dados mais atualizados, mas não houve tempo para se encaminhar. Isso aqui é uma relação de crimes feita por um repórter nosso, do nosso jornal, que atua na área de polícia, área policial. Ele fez, nominalmente, de janeiro de 2003 a dezembro. Isso aqui é a relação de todos os crimes que ocorreram, que foram noticiados pela imprensa. As pessoas, o local, a idade e o tipo de arma: tiro, crime, cacetes, faca, espancamento. Está tudo aqui. O relatório de um ano, do ano de 2003, nominal. Isso aqui é outro documento. Esse documento é um caso que ficou simbólico, também, foi do Cícero Carlota. Cícero Carlota foi um caso também de grande repercussão, que foi assassinado depois de ter denunciado o atual Governador Ronaldo Lessa quando era Prefeito de Maceió. Então, nessa documentação toda, ele denunciava. Ele teve o pai assassinado e o Governador Ronaldo Lessa teve, também, um irmão assassinado, que era um delegado de polícia, o Delegado Ricardo Lessa. Esse Delegado, Ricardo Lessa, irmão do Governador, foi assassinado, teria sido assassinado, pelas mesmas pessoas que assassinaram o pai, policial também, desse policial Cícero Carlota. Então, como esse rapaz teria interesse de vingar a morte do pai, teria procurado o Governador Ronaldo Lessa, com a proposta de assassinar o Coronel Cavalcante. Mais uma vez, o Coronel Manoel Cavalcante, que é a pessoa acusada de ter matado essas 2 pessoas: o irmão do Governador Ronaldo Lessa, o Delegado Ricardo Lessa, e o pai do Cícero. Foi procurado e, segundo o rapaz, o Governador chegou a lhe oferecer, chegou a lhe entregar dinheiro como início da empreitada para assassinar o Coronel Cavalcante. O desfecho disso é que esse rapaz, depois de fazer denúncias dessa questão e não ser ouvido, inclusive ao Ministério da Justiça - está aqui, a documentação toda mostra isso -, ele denunciou isso tudo ao Ministério da Justiça, mandou uma carta manuscrita ao Ministério da Justiça, que não está aqui, mas está publicada nas nossas edições do jornal. Depois de ele mandar essa carta ao Ministério da Justiça, o Ministério da Justiça denunciando que o Ministério Público estaria emperrando o caso, o Ministério da Justiça mandou o burocrata tomar providências. O que se sabe lá é que o Procurador-Geral da Justiça, Dr. Ademar Camerindo, engavetou esse processo, não deu o prosseguimento devido e o que ocorre é que esse rapaz, depois de ter denunciado o Governador Ronaldo Lessa e o



Coronel Cavalcante, foi assassinado lá, no meio da rua. O crime não foi esclarecido até hoje e diante da omissão, às escâncaras, do Ministério Público, que não tomou as providências. Bom, isso aqui — posso dizer que falei até demais — é, em breves palavras, a situação do crime organizado no Estado do Alagoas e o contexto do semanário *Extra*, um semanário que ousou, mesmo sem o apoio de ninguém, apenas dos jornalistas, colocando as suas próprias vidas e as de suas famílias em risco, fazer essas denúncias com todos os nomes, com todas as letras. Bom, aqui tem mais: o Relatório do Crime Organizado no Brasil, destacando a parte de Alagoas. Esse relatório está aqui em CD. É um livro com duzentas e tantas páginas: Relatório do Crime Organizado no Brasil. E, claro, com a parte de Alagoas. Isso é o que eu teria a informar à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Com a palavra o nobre Deputado Relator, Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradecer o Jornalista Iremar Marinho de Barros pelas informações e pela documentação que traz. O que é grave é o envolvimento do Poder Público com essas ações criminosas. A minha primeira indagação é se tanto os editores do jornal *Extra*, quanto aqueles que são os responsáveis, além de terem invadido a sede do jornal e de receberem essas ameaças que vêm através de carta, vocês receberam outro tipo de ameaça ou de pressão? Que outro tipo de ameaça e de pressão vocês sofreram da parte de pessoas lá de Alagoas?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Pois não, Deputado. Nós consideramos que é a pressão até mais contundente, vamos dizer assim, não menos rigorosa do que uma ameaça de morte e de invasões, mas são os processos judiciais. Veja bem, esse jornal, em 5 anos de existência, ele simplesmente criou a movimentação da chamada Vara Criminal de Competência Mista do Estado de Alagoas, que é a Vara que julga os crimes de imprensa, de calúnia, injúria e difamação; os crimes de imprensa, os crimes contra a honra e os crimes militares. É a Vara destinada a julgar os militares a mesma que julga os crimes contra a honra e os crimes de imprensa no Estado de Alagoas. Então, essa vara vivia às moscas, há 5 anos. Ela vivia às moscas. E quando o *Extra* passou a fazer as suas denúncias, inclusive envolvendo o Poder Judiciário de Alagoas — com muita veemência —, o



Poder Legislativo e o Poder Executivo, então começaram a chover ações cíveis e criminais. Ações com pedido de indenização. Hoje o jornal, simplesmente, já respondeu cerca de 100 processos judiciais. Cem processos judiciais, entre criminais, cíveis e eleitorais. Nesses 100 processos, alguns prescreveram, outros foram feito acordo, outros desistiram, e existem 3 ou 4 condenações criminais. Inclusive eu, a pessoa que aqui se encontra, e mais 1 colega, estamos condenados a 12 meses de prisão por crime de calúnia e por ter o jornal feito uma mera crítica — e os senhores poderão ter a oportunidade de ver o jornal que estou anexando —, o jornal simplesmente duvidou da isenção — é uma coisa grave, tudo bem, mas o desembargador devia ter sido defendido — do desembargador para julgar determinado caso, que era o “escândalo das letras do Estado de Alagoas”, mais um escândalo em Alagoas. O jornal disse que o desembargador poderia ter se julgado impedido por ter, como advogado dele, numa questão que ele tinha na OAB sobre a própria nomeação dele para desembargador — ainda hoje está sendo questionado pela OAB —, ele ter como advogado nessa questão os advogados dos banqueiros, que estavam questionando as chamadas “letras podres” do Estado de Alagoas. O escândalo das letras. Então, o jornal disse que ele podia, que legalmente não tinha problema, mas ele podia ter se declarado impedido de julgar esse caso. Por isso, a matéria do jornal foi considerado uma ofensa à honra do desembargador e tivemos uma condenação de 12 meses. Nós recorremos ao Tribunal, o Tribunal confirmou a sentença numa sessão em que eu, como jornalista, acusado com outro colega, Fernando Araújo, e como advogado em causa própria — e foi um erro meu ter ido lá como advogado em causa própria nesse caso —, saí do Tribunal de Justiça preso, porque protestei contra o resultado do julgamento. Porque é o seguinte: o desembargador que presidiu o julgamento é um dos desembargadores, o Dr. Orlando Cavalcante Manso, mais criticados pelo jornal durante esse tempo. Como é que esse senhor teria isenção para julgar as pessoas desse jornal num caso desse? Quando saiu o resultado, eu estava errado. Eu protestei. Então, eu fui preso por desacato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Iremar, no caso, você também recebeu ameaça de morte explícita mesmo?



O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Explícita das pessoas não. Diretamente não. As ameaças de morte que recebi foram ameaças veladas, por telefone, de pessoas que ligavam, não sei quem é, isso muitas vezes, semanalmente. Toda vez que saía um dossiê, um cara ligava, aí dizia: *“Parabéns pelo que o jornal fez! O dossiê está corretíssimo, isso aí é tudo verdade, agora é o seguinte: cuidado na sua vida”*. Aí não sei se a pessoa estava ligando para elogiar; como saber? Mas a pessoa dizia: *“Tenha cuidado na sua vida, porque você vai morrer”*. A gente até já acostumou a receber esse tipo de coisa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pelo que você disse aí, há uma pressão de membros do poder político de Alagoas. E aí você coloca segmentos do Legislativo, do Judiciário e do Executivo. Além disso, também as chamadas forças policiais civis e militares. Nesse aspecto, você diz que a partir de um certo momento o Governo passou a investigar 2 policiais civis; quem são esses 2 policiais?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Policial Robson Rui Gomes, dado como chefe de um grupo de extermínio que age em determinada área específica. Eles teriam dividido a cidade. A parte alta é um grupo. Um desses grupos é chefiado por Robson Rui Gomes e o outro grupo é de Alfredo José de Pontes, conhecido como Alfredinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - São policiais civis?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Todos os 2 são policiais civis, pessoas conhecidas, pessoas destacadas. Foram essas 2 pessoas que ficaram 30 dias presos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E você tem conhecimento de outras pessoas que compõem o grupo de extermínio dirigido por esses 2 policiais?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Temos sim. Eu tenho dificuldade de citar de memória. Mas, veja bem: nos dossiês aqui e nas publicações do jornal estão todos os nomes dos policiais civis e militares.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu queria lembrar que se você tiver alguma pergunta que queira fazer, ou declarações em audiências em audiência reservada, você pode solicitar e terá um momento depois para dar algumas informações que você gostaria que fosse investigada. Mas eu pergunto: todas as informações constantes dos dossiês publicados no semanário *Extra* sobre a



existência de grupos de extermínio em Alagoas, você diz que as pessoas telefonam dizendo “tudo o que você publicou é verdadeiro, mas cuidado com a sua vida”; é isso mesmo?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - É exatamente assim. Isso é constante. É como se fosse uma coisa orquestrada: sempre que sai uma matéria do crime e que a gente dá seqüência à matéria, sempre que sai o sujeito liga. Nós não temos serviço de gravação nem nada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você conseguiu essas informações, através de cartas, algumas anônimas, outras foram assinadas. Há uma publicação de uma entrevista do Coronel Cavalcante que foi publicada também. Como é que você conseguiu aquelas informações?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - A entrevista do Coronel Cavalcante não foi publicada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi outro jornal?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Nós publicamos. Esse caso da Gangue Fardada, nós demos todo o material. Não sei se o senhor está se referindo...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Àquela última que ele dizia aqui.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Não sei se seria entrevista com o coronel ou sobre o coronel. Foi essa testemunha...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi da testemunha.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Quando essa testemunha, que foi assessor do coronel, provocou grande...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vocês nunca tiveram uma declaração do coronel que vocês publicaram? Têm de testemunhas?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Não. Mas nós publicamos também entrevista do coronel.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Publicaram também?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Publicamos também entrevista com o coronel.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esses dossiês todos são de conhecimento público?



O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Público. O jornal publicou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além desses 2 policiais civis, o senhor sabe de envolvimento de outros policiais, delegados, policiais militares com grupos de extermínio em Alagoas?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Tem. Pelo menos 5 ou 6 delegados de polícia são citados constantemente. Alguns o jornal publicou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quais são esses?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Eu gostaria de passar essa relação mais completa. Mas tem pelo menos 1 delegado, que se chama Nilson Alcântara, que foi delegado de roubos e furtos, acusado — e nós publicamos a foto dele — de chefiar um grupo de extermínio. Tem um fato interessante que eu vou colocar para completar: uma das pessoas acusadas como proeminente na chefia do crime é o policial Walter Dias Santana. É um fato interessante que eu não coloquei. Quando o jornal começou a dar as primeiras denúncias foi em fevereiro de 2003. Essas especificamente sobre essas cartas, denúncias sobre essas últimas gangues. Em fevereiro de 2003, eu publiquei o primeiro dossiê. De fevereiro a dezembro de 2003, o jornal publicou uns 3 ou 4 dossiês e mais algumas reportagens, algumas matérias, a matéria rendeu e dava o que falar. Nesse período, foi simplesmente decretada uma guerra dentro das polícias civis, envolvendo as próprias pessoas citadas. Essa guerra dentro da polícia militar e da polícia civil simplesmente provocou 4 mortes das pessoas que estão citadas no dossiê. Eles mesmos se mataram entre si, dentro da polícia. Então, foi morto esse Walter Dias Santana, que era o chefe de serviço desse Delegado Nilson Alcântara. Em seguida, foi assassinado o policial Sinvaldo Feitosa, que era amigo do Walter Dias. Depois foi comprovado, a Polícia comprovou. Eles estavam com medo do Walter Dias e o mataram. Em seguida, o Sinvaldo Feitosa, que assassinou o Walter Dias Santana, foi assassinado também. Essa foi a segunda morte. Aí veio a terceira morte, a morte de alguém lá que eles chamavam “Chumbeta”. Era um ex-guarda de presídio — tem o nome dele aí, não me recordo —, era dado como Henrique, guarda de presídio Henrique tal. Era a pessoa que participava dos contatos para fazer os crimes. Essa pessoa foi assassinada, um delegado de Polícia declarou que foi execução e que ele pessoalmente achava, como investigador, que o crime tinha sido praticado por eles, pelos próprios. Isso a



terceira morte. A quarta morte, já agora no fim do ano, ocorreu da seguinte maneira: foi preparada uma emboscada, veja bem, para matar o policial Valter Lima. O assassinado foi Walter Dias Santana e foi preparada uma emboscada para matar o policial Valter Lima. Esse policial Valter Lima era nada mais nada menos do que cunhado do Walter Dias Santana. Defendeu o Walter Dias Santana e tal... Prepararam uma emboscada para ele e foram matá-lo. Para os senhores verem a gravidade da coisa. O que ocorreu? Ele tinha emprestado o carro a um colega. Como é o colega caiu na onda de andar com o carro de um rapaz desse? Emprestou o carro ao colega. O colega fez a viagem e, quando voltou para entregar o carro, estava chegando na porta do Valter Lima, policial Valter Lima, que foi descendo para pegar o carro, aí encostaram duas motos, quatro pistoleiros em duas motos e assassinaram o rapaz, um estudante de Direito. Tem o nome dele aí também. Isso na frente do Valter Lima, quando ele ia chegando. Quer dizer, iam matar o Valter e mataram outro. Quatro assassinatos gerados dentro do período em que o jornal passou a publicar as denúncias e os nomes dos mortos são os nomes que estão nas denúncias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor conhece as pessoas citadas nesses dossiês que o senhor apresenta e sabe sobre a participação deles em algum crime do grupo de extermínio?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - É, algumas pessoas dessas eu sei quem são. Não tenho relação com elas, mas sei quem são algumas pessoas. Agora, os dois pontos principais são esses: quando o jornal recebeu as denúncias, as anônimas, por exemplo, e resolveu publicar, houve reação, queira ou não. A única coisa que eu fiz foi o seguinte, que deu segurança pra gente lá foi o seguinte: eu telefonei para os editores de polícia dos outros jornais. Apenas, para não fazer nada, eu vou telefonar para os editores de polícia de cada um dos jornais locais, os três jornais. Simplesmente, quando eu falei nos nomes — e eu não corria nenhum perigo de estar passando nada, porque nenhum jornal dá isso, outro jornal não dá isso — mas quando eu falei, um por um confirmava o que eu dizia: *“Rapaz, esse aí é criminoso”*. Eu dizia: E essa pessoa aqui? *“Esse matou mais de 100”*. E esse aqui? *“Esse matou mais de 200”*. Aí ligava para outro: esse matou quantos? *“Esse, Ave Maria!”* Quer dizer, são os editores de polícia, as pessoas que vivem fazendo a



cobertura. Dizem: “*meu amigo; você é meu amigo*”. Mas matam brincando assim. Quer dizer, essa foi a única pesquisa que o jornal chegou a fazer, que nos deu uma certeza empírica e foi um risco mesmo que o jornal correu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E há algum empresário ou político de Alagoas que tenha envolvimento com esses grupos de extermínio? O senhor sabe?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - É, aí é uma coisa mais, sabe, mais...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se o senhor (*inaudível.*)

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Não sei. O Deputado João Lyra chegou a ser denunciado pelo próprio Ministério Público. A não ser o usineiro, o Deputado Federal João Lyra, que foi denunciado pelo próprio Ministério Público. Foi indiciado e está-se prosseguindo a sua investigação como mandante desse assassinato do tributarista Sílvio Vianna, pelo qual o executor, Coronel Cavalcante, já foi condenado a 19 anos, ele e mais outro lá. A não ser o seguinte, veja bem: pelo menos eu não tenho conhecimento e nem o jornal publicou nomes de outros empresários. Empresários, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Políticos, sim.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Políticos, sim. De empresários fala-se sim, mas, como ninguém investigou, a gente não ia meter a mão aí. Agora, político, sim. Político, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além do Cícero...

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Tem o Deputado João Beltrão, que eu já falei; o Deputado Cícero Ferro, o jornal publicou, inclusive, surras que ele dava no pessoal, espancamento, o Deputado Cícero Ferro; o Deputado Antonio Albuquerque, que foi inclusive Presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas; o Deputado Estadual Francisco Tenório, que está nos dossiês que foram publicados; e o Deputado Estadual Luiz Pedro, ex-cabo da Polícia Militar, Cabo Luiz Pedro. Então, está aí dizendo o seguinte, volto a dizer: as denúncias, quando falamos de Robson Rui e Alfredo Pontes, o Alfredinho, a denúncia diz que é grupo 1 e grupo 2, dividiram a cidade em dois grupos, o grupo 1 é ligado ao Deputado Francisco Tenório, Deputado Estadual Francisco Tenório, o grupo 2 é ligado ao Deputado Estadual Cabo Luiz Pedro. Esse Cabo Luiz Pedro alcançou notoriedade quando era



subdelegado de polícia do bairro chamado Chã da Jaqueira, ganhou notoriedade como justiceiro prendendo as pessoas que ele achava que eram criminosas e queimando em pneus. Veja bem: nunca foi investigado por ninguém, agora essas denúncias corriam nos jornais e boca-a-boca sobre esses dois Deputados. Aí tem um detalhe também que está nos documentos e no jornal. O Deputado Cabo Luiz Pedro, quando saiu a denúncia dizendo que ele estaria ligado a um grupo de extermínio, ele disse, na presença de vários jornalistas, dentro da Assembléia Legislativa: “Esse jornalista é um cabra safado, é um mentiroso e merece levar uma surra. Eu sei onde ele come, onde ele bebe. Ele merece levar uma surra”. Pronto, isso nós demos em manchete na edição seguinte: “*Deputado Cabo Luiz Pedro ameaça surrar jornalista do Extra*”. E essa matéria foi assinada por mim próprio. Eu fui a pessoa acusada e eu próprio assinei essa matéria dizendo isso. Aí ficou nisso. O Deputado não rebateu mais nada, nem foi dizer que eu era... Ficou por isso mesmo. E é Deputado Estadual lá na Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E alguém do Poder Judiciário também ou só aquele caso da pressão, da perseguição?

O SR. IEMAR MARINHO DE BARROS - Com relação ao Poder Judiciário, quanto ao crime organizado, especificamente, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. IEMAR MARINHO DE BARROS - Sobre o Poder Judiciário, a crítica que o jornal faz, com muita veemência...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor falou sobre o caso Sílvio Vianna. O senhor poderia falar mais um pouco sobre essa questão do Sílvio Vianna? O senhor falou que tinha a acusação, foi assassinado e o jornal tem publicado diversas matérias sobre esse fato. Então, era importante que o senhor falasse um pouco mais sobre esse fato.

O SR. IEMAR MARINHO DE BARROS - Certo. O caso Sílvio Vianna foi o seguinte: esse tributarista era o chefe da arrecadação estadual, coordenador estadual de arrecadação tributária; ele estava, isso no Governo Divaldo Suruagy, implementando um programa — é o que se fala — de aumento da arrecadação, mais rigor na arrecadação estadual e esse plano incluiria a questão do acordo dos usineiros que havia sido assinado até no Governo Fernando Collor; ele era contra



esse acordo e tal e estava propondo... Esse acordo deu muito pano para manga. Mas, resumindo: no momento em que foi assassinado, isso há cerca de 6 anos, o Sílvio Vianna estava — eu não digo isso aí, porque isso foi comprovado e está nos processos — com umas cartas que iria entregar, enviar, para cada um dos usineiros que deviam impostos ao Estado. Ele iria entregar essas cartas e que isso teria sido o motivo do assassinato dele. É o que se diz. Desde o início, veja bem, desde o início desses seis anos que o nome do empresário João Lyra começou a ser ventilado como envolvido nessa questão, só que jamais chegou a ser processado, porque é um homem poderoso e tal. E o Governo não acredita, não acreditam que o João Lyra, um homem como João Lyra, um homem de bem; só que ele já tinha sido acusado também, num crime anterior, de ter assassinado lá um militar. Por uma questão até familiar, ele teria assassinado, mandado assassinar dois militares. E depois veio o caso Sílvio Vianna. O motivo seriam essas cartas que ele estaria para enviar aos usineiros. Se disse até, depois, o seguinte: o Dr. João Lyra, um homem que tinha influência junto ao Estado, podia negociar esse acordo de outra maneira, sem precisar matar ou mandar matar o tributarista em função dessas cartas. Podia ter feito acordo, porque ele teria até o Governo na mão, o Governo Divaldo Suruagy, como se diz, sendo um empresário de alto poder. Então, por que ele iria matar esse homem? A grande defesa de João Lyra é essa: *“Eu não iria matar esse homem porque eu tinha outros caminhos para negociar”*. Mas a verdade é que o Deputado está implicado nesse caso aí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E sobre a Gangue Fardada, um grupo de policiais militares liderado pelo ex-Tenente-Coronel Manoel Cavalcante...

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... envolvido em crimes de pistolagem, roubos, assaltos e desmanche de carros? O que o senhor sabe sobre esse assunto?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Exatamente. Ele é uma peça disso que eu acabei de falar. Essa Gangue Fardada... ele é um homem de prestígio dentro da Polícia e tal, conhecido, foi candidato a Deputado Estadual e já se falava que seria até candidato a Governador. Então, foi candidato a Deputado Estadual, perdeu a eleição e passou a ser acusado de ter usado carros roubados nessa eleição, em conluio com esse Deputado João Beltrão, que teria enviado vários carros roubados



para participar da campanha eleitoral. Esses carros, como comprovado depois, realmente eram carros roubados. Parece que eram cerca de 30 carros Volkswagen e foi comprovado que eram carros roubados. Quando ocorre a morte de Sílvio Vianna, o que ocorre? Um detalhe da morte de Sílvio Vianna: quando ocorre o assassinato de Sílvio Vianna, o Governador Divaldo Suruagy, que também acabou sendo testemunha de defesa do Coronel Cavalcante — há duas semanas, quando o coronel foi condenado, ele foi lá em defesa do coronel —, o Governador Divaldo Suruagy mais que depressa, já sabendo, como todo mundo já comentava, que o Coronel Cavalcante teria participado desse crime do Sílvio Vianna, a mando ninguém sabe de quem, simplesmente, em vez de mandar o Secretário de Segurança ou um Delegado apurar o crime de Sílvio Vianna, nomeou nada mais nada menos do que o Coronel Cavalcante, um Coronel da Polícia, para presidir o assassinato de Sílvio Vianna, sendo que o assassino era o próprio investigador, que acabou sendo condenado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Nesse caso, essa Gangue Fardada, mesmo com a prisão do tenente-coronel, ela continua agindo no Estado, mesmo após a prisão do tenente-coronel?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Continua. Sempre se fala em atos dessa gangue, de roubos de ônibus e assalto a ônibus que ela estaria implicada. Até mesmo porque dois irmãos desse coronel, que fazem parte da gangue, policiais também da Polícia Militar, estão fugitivos, conseguiram...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quais os nomes deles?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Parece que é Ademar Cavalcante, um é não-sei-o-que-lá Ademar. Está aí também: Ademar Cavalcante e não me recordo do nome do outro. Esses dois irmãos do coronel conseguiram *habeas corpus* — condenados também, já estão condenados por crimes da Gangue Fardada — e sumiram. Sumiram. Tanto que se diz que eles continuam, de onde se encontram, comandando as ações da “Gangue Fardada” sem nenhum problema. Aqui tem um documento que me foi passado até ontem. O Adalberon Cavalcante, que é o Prefeito de uma cidade, um Município lá conhecido como Satuba, está sendo processado pelo assassinato de um professor que denunciou o FUNDEF, um professor que estava fiscalizando a aplicação da verba do FUNDEF e, quando



descobriu, foi assassinado. Quando o Prefeito começou a ser acusado, indiciado no assassinato do professor que denunciou o FUNDEF, descobriu-se que o Adalberon Cavalcante, o Prefeito Adalberon Cavalcante, já era também responsável pelo assassinato de outra pessoa no seu Município. Aí passou a responder pelos dois crimes. O que quero dizer é o seguinte: a carta que está aqui, o documento que está aqui, é o Adalberon Cavalcante, de próprio punho, dizendo que o Coronel Cavalcante, lá dentro do presídio, é quem faz e desfaz, é quem manda, mesmo com duas condenações nas costas e respondendo a outros processos ainda, e dizendo aqui que o coronel cobrou 500 reais dele para ter determinadas regalias dentro do presídio. Quer dizer, dentro do próprio presídio o coronel continua mandando. Agora, tudo bem. Quem está dizendo isso é uma pessoa que está condenada, que está respondendo por esse crime que acabei também de dizer, acusando o colega lá de cobrar 500 reais para ter certas regalias. Quer dizer, de dentro do presídio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, quem estaria comandando seria esse...?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - O Coronel Cavalcante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, dentro da própria...

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Dentro da própria. O Adalberon está denunciando o Coronel Cavalcante nessa carta aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Dizendo que ele, o Coronel Cavalcante, está cobrando 500 reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas essa gangue, hoje, quem estaria comandando fora?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Não, o que se diz é que o coronel comanda de dentro da cadeia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Através dos irmãos.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Eles dizem que comanda através dos irmãos e de outras pessoas dentro da Polícia Militar, pessoas que continuam lá, dentro da Polícia...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na ativa?



O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Na ativa e continuam dentro do crime.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Após o senhor ser intimado para vir depor a esta CPI, o senhor sofreu alguma pressão ou ameaça?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Não. Os jornais, inclusive, deram... os jornais, a televisão, o próprio *Extra* deu essa matéria.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Fui entrevistado lá. Agora, coincidentemente, uma semana antes, o soldado Naelson — e está o nome dele aqui —, que é soldado da Polícia Militar ligado ao Deputado Cabo Luiz Pedro. Numa conversa, numa determinada festa — isso há duas semanas —, ele disse de ativar as pessoas e de uma pessoa que ele não sabia que tinha uma relação de parentesco com uma pessoa muito ligada a mim. Então, ele disse lá, o rapaz ouviu e me passou. Agora, passou e disse: *“Olha, passei porque o cara jamais vai saber que fui eu que passei”*. Ele disse lá que o nome dele estava muito em evidência, que ele não está gostando nada disso e que só não tomou nenhuma providência contra esse Iremar por causa do Deputado Luiz Pedro, porque, se o Deputado Luiz Pedro tivesse deixado, ele já tinha tomado providências — entre aspas — contra mim. Isso coincidentemente uma semana antes de eu vir para cá, de eu ser convocado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Jornalista Iremar, agradecemos as informações que o senhor colocou aqui e a documentação. Caso, ao final, tenhamos mais algumas indagações, assim o faremos.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Certo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO - Presidente, Relator, Srs. Deputados, Sr. Iremar Marinho, inicialmente parabenizo V.Sa. pela coragem que o senhor tem demonstrado ao levar ao conhecimento de Alagoas muitas coisas que as pessoas sabem e não podem dizer ou não têm coragem de dizer, mas que, mesmo com todo sacrifício, até de risco de vida, o senhor tem levantado esses problemas e



mostrado realmente os caminhos para que, se quiserem apurar os crimes, saber por onde caminhar. Gostaria de saber do senhor, porque vi matéria sobre isso, o que o senhor sabe sobre essa briga da Polícia Civil, a parte podre da Polícia Civil com a parte podre da Polícia Militar em Alagoas.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Olha, quanto à Polícia Civil, a primeira coisa que se fala é o seguinte — isso antes da publicação desse dossiê, antes de fevereiro do ano passado, mas o jornal já tinha dado alguma nota, alguma coisa —, o que se sabe é o seguinte: é que o atual Secretário de Segurança, Sr. Roberval Davino, delegado de Polícia, seria simplesmente — é uma indicação política do Governador — um joguete, um instrumento nas mãos, veja bem, do Deputado Francisco Tenório. Nem *O Extra* nem nenhum jornal tem nenhum crime assim: *O Deputado matou esse, matou aquele, ou está sendo indiciado*. Agora, isso de longa data, quem é de Alagoas conhece, o Deputado Francisco Tenório é um sujeito de aparência pacata, pertenceu inclusive ao PSB — agora não sei se está no PDT, ou no PPS, me parece —, um sujeito excelente, delegado de polícia também. Mas isso de longa data, o Deputado Francisco Tenório é tido como pessoa ligada ao crime organizado no Estado de Alagoas. Não se sabe de nenhum crime dele, mas é Deputado, da bancada do Governador, e se sabe que esse Roberval Davino é simplesmente a pessoa que faz o que ele manda, o que ele ordena. Por aí se vê a questão da segurança no Estado de Alagoas. Em relação à Polícia Civil, temos essas pessoas que já estão indiciadas lá, esses policiais civis também que eu citei aqui, os policiais Robson Rui e Alfredo Pontes, conhecido como Alfredinho, além de vários policiais que são citados, civis e militares, como participantes de gangues de extermínio. A Polícia Militar, tradicionalmente, acho que também não é nenhum apanágio de Alagoas, mas tradicionalmente é citada a Polícia Militar com algumas pessoas, policiais envolvidos até o pescoço com crimes. Não tem crime específico assim, mas têm também, nos relatórios que estão aqui, inclusive no relatório que foi enviado ao UNICEF e em outros relatórios, vários casos de assassinatos por policiais. Estão todos nominados aqui os policiais. Tem até um relatório de 2003 que dá os crimes. Não de pessoas destacadas, coronel ou comandante, não, mas policiais civis, cabos, soldados. Isso aí é uma proliferação. É o que eu sei.



O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO - O senhor tem muito conhecimento do que acontece lá em Alagoas? Eu assisti a um depoimento dado pela televisão, no julgamento do tributarista Sílvio Vianna, e uma testemunha, se não me engano, José Antônio...

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - José Antônio dos Santos.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO - ... conhecido também como Sombra, falava com detalhes sobre vários crimes existentes em Alagoas e levantava também hipóteses de autorias de alguns crimes que ainda precisam ser apurados.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Certo.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO - Eu gostaria de saber do senhor, que tem acompanhado mais de perto isso aí, através do seu jornal, *Extra*, qual é a avaliação que o senhor faz do depoimento do José Antônio.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - O depoimento do José Antônio é o seguinte: o jornal foi o primeiro órgão de imprensa que publicou uma entrevista com ele. Ele estava no Programa Federal de... tinha sido indiciado novamente, de proteção à testemunha, e chegou em Alagoas. O jornal conseguiu entrevistá-lo. O Secretário de Segurança levou ele para a cidade de São Miguel dos Campos. Lá o jornal — só foi o *Extra*, porque também nenhum jornal tinha interesse nesse material — foi e deu essa entrevista com ele, quando ele já falava no Coronel Cavalcante, que foi assessor do Coronel Cavalcante, já citava o nome do Deputado João Lyra. Foi o primeiro jornal que deu. Depois toda a imprensa pegou essa história, e no julgamento do Coronel Cavalcante, mas o jornal foi o primeiro que deu esse Sombra declarando que ouviu, que participou de conversas, que o crime teria sido encomendado não só pelo Deputado João Lyra, também teria participado outro usineiro também, o Nivaldo Jatobá. Bom, isso o jornal primeiro deu, e, aí, o Deputado João Lyra protestou, mandou a carta para o jornal, o jornal publicou, ele dizendo que ia processar o caluniador, disse isso. Depois, quando ele foi para o júri, disse novamente, também o Deputado voltou a dizer que ia processá-lo e tal. Agora, a avaliação que se faz do Antônio Santos... Ele depois, inclusive, estabeleceu um canal... Ele estava no BOPE, batalhão militar, depois estava no Tigre. O BOPE é civil, um batalhão civil, e o Tigre é um batalhão militar. Ele, primeiro, estava no BOPE. Então, quando ele estava nesses dois, isso há uns 2 meses atrás, ele



estabeleceu um contato com o jornal, direto com o jornal, que era o único jornal que vinha dando as coisas. Aí foi quando ele mandou essas diversas cartas reafirmando essas coisas dos crimes do Coronel Cavalcante, da gangue fardada, inclusive revelando — está aqui também, que eu não falei —, revelando que na chácara do Coronel Cavalcante, em Santana do Ipanema, no Município de Santana do Ipanema, deve ter mais de 20 corpos enterrados. É o seguinte, ele disse que... Esse Coronel Cavalcante tem 2 irmãos que são fugitivos, mas também teve 2 ou 3 irmãos que foram assassinados também. Então, no *(ininteligível)* aqui diz, e o jornal também publicou que, na noite em que os irmãos do Cavalcante foram assassinados, prenderam um primo, um primo dele mesmo teria facilitado o crime, prenderam esse irmão, levaram para lá, mataram na fazenda, enterraram lá mesmo. E o Coronel Cavalcante ligou — ele viu porque ele trabalhava com ele —, ligou para um delegado, está citado o nome do delegado, não me recordo o nome do delegado, ligou para um delegado de polícia e acertou, tal: *“Estou precisando dessa pessoa, tal, acerto de contas”*. Pouco depois, o delegado retornou para o coronel e disse: *“Coronel, as pessoas que o senhor está querendo estão aqui, está tudo guardado aqui, pode mandar buscar”*. O coronel mandou buscar essas pessoas e assassinou essas pessoas dentro da fazenda dele. Um caseiro, que foi também depois assassinado, contou a esse Santos que estava com medo, a mulher estava grávida lá, estava com medo, iam sair da fazenda do coronel, porque disse que, na noite anterior, ela tinha visto uma movimentação muito grande na fazenda e não sabia o que era. Chegou uma pessoa lá do coronel e pediu uma pá e uma enxada, e levaram para lá. Cavaram para lá, e, depois, silenciou tudo. No outro dia, a mulher lá contou ao Zé Antônio que estava a pá — isso aí é uma primariedade, né, mas às vezes é a confiança que a pessoa tem —, a pá estava suja de sangue. A conclusão do Zé Antônio é que na chácara do coronel deve ter mais de 20 corpos enterrados.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO - Só a última pergunta: além dessa relação de pessoas envolvidas com o crime organizado em Alagoas, tem mais alguma pessoa que o senhor saiba que participa dessa organização criminosa lá e que o senhor não citou, ou todas estão aqui?

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Todas que chegaram ao conhecimento do jornal estão citadas aí. Não tenho conhecimento realmente de



outras pessoas que... Até mesmo o nome desse Deputado João Lyra, que estou repetindo tanto, quando os jornais não davam... Mas, de repente, toda a imprensa passou a dar, e aí não era mais segredo. O próprio *Extra* passou um tempo grande sem dar nada. Não vamos dar se não temos a comprovação de que o Deputado usineiro estava envolvido nisso. O jornal não deu uma linha durante muito tempo, apesar dos comentários. Mas, depois, quando o Sombra falou isso, aí abriu para a imprensa, todo mundo deu. Mas de outras pessoas não, não tem mais não, além desses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência agradece a V.Sa. Tenho certeza absoluta da sua coragem e da contribuição que V.Sa. traz para esta Comissão. Eu, a cada dia que ouço alguém nesta Comissão, fico mais preocupado com a impunidade, com o crime organizado no Nordeste brasileiro, e acredito que não é só no Nordeste. Mas resta a quem de direito, ao Governo, ao Ministério da Justiça, à Polícia Federal e também à Câmara dos Deputados, ao Sr. Presidente da Câmara, tenho certeza de que poderão dar uma grande contribuição para que esses crimes sejam apurados e os verdadeiros culpados paguem pelos seus atos. É preocupante quando a gente ouve uma pessoa de algum segmento da sociedade, onde existe polícia, políticos, que são pagos pela sociedade para defender a segurança e o interesse da sociedade, envolvidos em crime, em grupos de extermínios, em crime organizado, é lamentável. Mas a gente espera que quem de direito e de fato possa amenizar essa situação no Brasil. Mais uma vez agradeço a contribuição de V.Sa., e também, como ser humano e como cidadão, tenha um pouco de cuidado, porque denunciar pessoas desse nível é preocupante, só coragem. Mas esta Presidência agradece a contribuição que V.Sa. traz para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Passo a palavra à convidada Simone Barbalho, Delegada de Polícia do Estado da Paraíba, por até 20 minutos.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Boa tarde a todos. Foi com surpresa que eu recebi o convite para comparecer aqui e oferecer condições, informar sobre o que está havendo no meu Estado. Na ocasião em que eu trabalhei com esses inquéritos, eu estava à frente da Delegacia de Homicídios de João Pessoa, quando a Justiça baixou um inquérito para que eu provasse que o suspeito desse inquérito estava morto, como informavam nos autos. Então, com base no que continha nos autos,



nós tentamos levantar o endereço dessa pessoa, desse suspeito. Rodamos por vários locais, porque, quando identificávamos um local, não se encontrava, passávamos para outro, tudo mais. Então, a nossa correria atrás de um documento que comprovasse o óbito desse suspeito chegou ao conhecimento da CPI do Narcotráfico que estava sendo instalada lá em João Pessoa, que me procurou para saber o que estava havendo, porque eu estava atrás do pai da vítima para colocar o atestado de óbito nos autos e ali encerrar aquele procedimento. Então, quando eu informei da necessidade, foi quando eu recebi uma bela documentação do que estava se passando na CPI. Nessa documentação, informava sobre um grupo de extermínio ainda desconhecido por nós. Com base nessa documentação, fomos levantando, tentando chegar, porque é muito difícil a gente fazer uma investigação ímpar, sem atropelos, por falta de condições. Mas nós levantamos, através de pessoas que não queriam se identificar, porque todos sabem, mas têm medo, medo de depor, e isso é o que vem dificultando, é isso que leva à impunidade, porque não conseguimos chegar ao final satisfatório do inquérito. Mas nos ficamos sendo conhecidos 29 homicídios praticados por um grupo de pessoas, dos quais informavam que havia 3 ou 4 policiais militares. Foi muito difícil chegar a nomear esses policiais e essas pessoas que estavam sendo apontadas com os autores, porque nós tínhamos apenas por apelidos, não tínhamos nome, não tínhamos endereço, não tínhamos absolutamente nada. Os apelidos eram Noca, Damião, Sérgio, Piolho, esse tipo de coisa que dificultava. Então conseguimos levantar 11, aliás, 10, que o décimo primeiro já estava morto à época em que chegou ao conhecimento. Desses 11, identificamos 3 militares, um que poderia ser militar — conforme depoimentos que conseguimos, a muito custo, de pessoas vítimas desse grupo, que não sabiam dizer se era militar ou não, mas que estava sempre com o grupo de militares — e 6 civis, dos quais 3 eram da mesma família, aliás, 4 eram da mesma família, nesse grupo dos militares. Então, saímos buscando outros inquéritos, tentando localizar, porque também o nome das vítimas muitas das vezes era por apelido — não tínhamos o nome completo com que pudéssemos chegar ao DML e levantar o laudo cadavérico. Mas conseguimos levantar, pela Delegacia de Homicídios, sem ter ainda inquérito realizado, 7, e 5 por uma outra delegacia, que tinha iniciado o inquérito, mas que a autoria ainda não estava determinada. Quando



eu colhi uma boa parte desses depoimentos, eu representei na Justiça pela prisão preventiva. A Justiça concordou com os argumentos que eu alegava e ofereceu os mandados. Lamentavelmente, não conseguimos cumprir todos, primeiro porque são muito escorregadios — os militares que foram de imediato identificados, não, porque eles estavam em quartel, em serviço, e usavam, em serviço, para a prática desses crimes... Foi solicitado o recolhimento deles. Dos civis, conseguimos deter um, porque estava sendo acusado de homicídio em outra cidade: enviamos os depoimentos que tínhamos para essa cidade, e o juiz concordou com o mandado, e nós fizemos um trabalho e conseguimos prendê-lo. Os outros, nós não conseguimos, porque eu deixei a Delegacia de Homicídios e, então, não consegui concluir, não sei informar se os colegas que me substituíram prosseguiram nessa linha de raciocínio, porque é difícil... corporação... você lidar com esse tipo, porque você fica excluída. Mas ficou comprovado, pelo menos... Aliás, peguei cópia de todos os depoimentos e as trouxe aqui. Dentro desses depoimentos, existem mais 3 grupos, um dos quais, por um depoimento aqui expresso, diz que desse grupo só tem 2 vivos, porque caíram fora, mas os outros todos foram a óbito. E um terceiro grupo, que muito depois chegou até a mim, e que eu passei aos colegas, era um outro grupo, de uma outra área, que também está atuando dessa forma: não gostou... E outra coisa, eles aliciam... na maioria dessas mortes, eles estão numa faixa etária entre 15 e 23, no máximo 25 anos. Eles trabalham não só no homicídio, em eliminar aquelas pessoas que são indesejadas, mas eles tratam de todas as áreas, principalmente com a droga. Então, quando algum deles quer sair ou tornar-se independente, é aí onde eles eliminam. Foi o que ficou restado aqui do que levantamos, mas infelizmente deixei a Delegacia de Homicídio e o que tenho a oferecer são esses depoimentos que foram colhidos e dos inquéritos que não foram concluídos potencialmente por conta da não-identidade dos civis que tínhamos apenas por apelido, e as pessoas se negavam, têm medo, deixam. Tem um bairro em João Pessoa que metade desse bairro teve suas casas abandonadas ou vendidas pelo mínimo do preço por conta de ameaças desse grupo que ou vendia, ou morria, ou saía ou morria e se fosse depor também acabava morto. Estou à disposição dos senhores.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Este bairro, o nome do bairro, a senhora poderia dizer? Que as pessoas deixaram, abandonaram as suas casas, tiveram de abandonar?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Tem Grotão, José Américo, Taipa, Bela Vista, Jardim Veneza, é um conglomerado de bairros próximos e favelas próximas uma das outras. Agora, com extensão, tem uma cidade de Bayeux, na cidade de Cabedelo e na cidade do Conde, que é onde eles transam a droga e com essa eles vão eliminando e jogando o corpo nesses locais. Quando eles jogam na cidade, em João Pessoa, fica mais fácil da delegacia de homicídio tomar conhecimento porque a delegacia da área tem obrigação de proceder ao inquérito. E quando é jogado em outra cidade, fica difícil, como no caso de que originou as nossas investigações sobre o Marcivaldo, que era acusado em um crime e que fazia parte desse grupo que quis deixar o grupo e não pôde fazê-lo, aí foi seqüestrado e foi morto em outra cidade. É o piolho, é ele. E o irmão dele por ter assistido o seqüestro, dias depois também foi morto. E assim vai, quando a família não sai, acaba morto. É o que vem dificultar e gerar a impunidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Delegada Simone, em primeiro lugar, agradecer a sua vinda aqui para esclarecer uma série de dados importantes. Esses militares que a senhora identificou, no caso três militares, quem são esses três militares? O nome desses três militares?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Os militares foram o Erivaldo Batista Dias, que é o sargento, os soldados Jailson Vieira e Jurandir Augusto Ferreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esses todos estão lotados no 5º Batalhão?

A SRA. SIMONE BARBALHO - No 5º Batalhão de João Pessoa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - João Pessoa. Tinha um outro que, tinha uma dúvida se era militar ou não, mas há uma informação de que um deles, que é o Edinaldo, conhecido por Naldo, ele usava também farda de policial somente quando andava em ônibus em algumas atividades.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Exatamente, chegou até nós essa informação de que o Sr. Edinaldo, que era a segunda pessoa do Sargento Erivaldo, até porque é seu parente e era ele quem, junto com um civil chamado Damião, era quem



nomeava as pessoas que deveriam morrer. É o conhecimento que nós tínhamos, que inclusive quando um corpo aparecia cravado de bala e com arma branca, a arma branca era desse Damião, porque era um exímio no uso da arma, porque ele era abatedor na área e participava dos homicídios e ele terminava com o uso da faca. Esse Edinaldo nós tentamos flagrá-lo em farda da polícia, mas lamentável porque tínhamos que dispor de viatura descaracterizada, tínhamos que dispor de todo um artefato que não nos identificasse no momento exato como policial, mas, lamentavelmente, as condições não chegaram, aí ficou só na informação de que ele usava militar. Mas independente desse uso de farda pelo Edinaldo, tem um, uma dessas pessoas que foram ouvidas aqui, que indica que o Sérgio, que poderia ser também um militar, ele dá uma característica completamente diferente do que o Edinaldo é. Portanto, deve ser.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse Sérgio?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Isso. Agora, nós fomos ao 5º Batalhão, ele abriu os arquivos para nós, só que nós não conhecíamos, então, só tínhamos o Sérgio. Tem ene Sérgios na Polícia Militar. Então, não teve. Nós não conseguimos levar a testemunha para que olhasse no monitor e identificasse qual seria o Sérgio, até porque, no dia seguinte, ele estaria morto porque não teria, ele teria que ir diretamente ao monitor, não tem aquele quarto em que quem está fora não vê quem está dentro, quem está dentro não vê quem está fora, não podia ser. E não conseguimos levar a pessoa até o comando para identificar através da ficha pessoal. Então, o Sérgio ficou. O Noca, o Toninho e o Deda nós chegamos de que são parentes do sargento, são primo e irmão do Edinaldo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Damião?

A SRA. SIMONE BARBALHO - O Damião ele trabalha num abatedouro de uma pessoa que é ...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agente Penitenciário.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Agente Penitenciário e irmão de um policial civil, agente da Polícia Civil que atrapalhou muito as investigações.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O nome dos dois, tem?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não, doutor, porque, eu só peguei depoimentos, quando não tinha um depoimento. E outra coisa, quando nós ficamos



tomando, quando nós tomamos conhecimento de que havia essa ligação, aí foi a época em que eu saí da delegacia e ...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, um deles seria o dono dessa granja que o Damião trabalha como abatendo galinhas.

A SRA. SIMONE BARBALHO - É, parece-me que o agente penitenciário é o dono da granja.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora esteve lá na granja, esteve?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não na granja, mas na residência dele porque em princípio para identificar o Damião completo, nós chamamos um familiar para pegarmos toda a característica, uma vez que nós ficamos sabendo onde ele trabalhava, então ...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E essa granja, ela funciona aonde essa granja?

A SRA. SIMONE BARBALHO - No Ernesto Geisel.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No Ernesto Geisel.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Isso, no Ernesto Geisel.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Deu para identificar se esses policiais usavam armas também da própria polícia?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Olhe, fica difícil eu poder responder ao senhor porque para dizer se a arma era ou não da polícia teria que ter havido o exame no projétil retirado da vítima, que muitas das vezes é um crime tão estúpido que eles matam com violência, porque não é só matar por matar, mas havia resquício de selvageria como amarravam, linchavam, cortavam, faziam de tudo e jogavam um outra área. Então, muitas vezes ficava dias sem ser descoberto, às vezes, quando ia ser descoberto já estava em alto estado. Então, se perdia com esse tempo a principal colaboração, que seria a perícia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além desse grupo, a senhora fala mais da existência de 3 que teriam vinculação: Conde, Bayeux, Cabedelo. Santa Rita é citada alguma vez ou não?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não nesse procedimento. Veja bem, porque concomitantemente uma pessoa de Bayeux, que saiu para Cabedelo, foi morta no Conde, na fronteira entre uma área, um dos bairros, que faz fronteira com Conde.



Então, pessoas viram esses acusados em Bayeux, outras viram em Cabedelo junto com a vítima, entende, e a morte aconteceu em outra cidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Delegada Simone, durante as investigações da CPI do Narcotráfico na Paraíba, foi constatada a atuação de um grupo de extermínio com atuação nos bairros do Grotão, Costa e Silva, Ernani Sátiro, Fernando de Sato, posso dizer agora Geisel, parece que também...

A SRA. SIMONE BARBALHO - Taipa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Taipa.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Jardim Veneza.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também pergunto se no conjunto onde funciona também o 5º Batalhão.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não, isso tudo é área do 5º Batalhão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tudo da área do 5º Batalhão.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Todos esses...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No mesmo período, a senhora identificou e investigou a atuação do grupo, inclusive apresentando pela prisão de Edinaldo Dias Chaves, mais conhecido por Naldo, que se encontra preso, parece que é o único.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É o único?

A SRA. SIMONE BARBALHO - É o único que está preso, porque ele está com 2 mandados, um da cidade do Conde, porque esses depoimentos que eu tomei eu juntei e enviei para o juiz do Conde, para reforçar, porque o juiz já tinha decretado a prisão dele. Então, nós o prendemos por conta do mandado da cidade do Conde. Então, com base nesse mandado e com os documentos que nós tínhamos, nós enviamos para a Justiça do Conde, e o juiz concluiu que a documentação que nós tínhamos enviado estava bem baseada e não atendeu aos *habeas corpus* que foram solicitados e ele, pelo menos até eu sair da... Estou falando isso em termos de quando eu... estou assim porque estou com frio, o ar condicionado aqui é muito gelado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está gelado.



A SRA. SIMONE BARBALHO - E ele continua preso. Os 3 militares só passaram 15 dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quero solicitar a diminuição do ar condicionado, senão os nossos convidados vão ficar aqui...

A SRA. SIMONE BARBALHO - Os 3 militares só passaram 15 dias. Um dos parentes do Naldo, que é o Noca, Nanô e o Deda. Noca foi morto por outro grupo e o Nanô e o Deda, quando intimei os pais do Edinaldo para dar a identificação indireta, aí me ausentei da delegacia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Os pais de Marcivaldo, conhecido como Piolho, a senhora os ouviu também, o Sr. Marcos e a Dona Eunice?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não, porque foi exatamente quando a gente procurou por ele para que fornecesse o documento...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí eles...

A SRA. SIMONE BARBALHO - E hoje nós ficamos conhecendo, através da Comissão, de que ele estava sob proteção. Agora, eu peguei o depoimento deles...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O depoimento deles que a CPI tomou.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Que a CPI tomou e em outra delegacia também que ele já havia dado depoimento, consegui...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora tomou conhecimento de que um outro filho do casal Sr. Marcos e Dona Eunice foi também assassinado, que era o Marcelo.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Exatamente. Quando eu deixei a delegacia eu estava exatamente iniciando esse inquérito, porque ele foi morto na área do Cristo, que também é área do 5º Batalhão, e nós pedimos à delegacia, porque a delegacia de polícia civil que toma conta dessa área pertence ao Geisel. Então, nós pedimos à delegacia a documentação para iniciar, pedimos ao DML que enviasse o laudo, mas aí foi a época em que nos ausentamos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora deixou ou foi, entre aspas, “deixada” da delegacia?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Eu me senti obrigada a pedir... eu pedi para sair, porque uma delegacia do porte da homicídio, que tomava conta de toda João



Pessoa e se mata por brincadeira, o índice de homicídio lá é muito alto, sem condição de trabalho, só responsabilidade, aí eu pedi, e eu não sou muito bem vista.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É verdade que foram retirando, por exemplo, o carro que era descaracterizado, que fazia, e esse carro foi retirado também da delegacia?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Exatamente, veja bem. Uma delegacia ela não pode só trabalhar com uma viatura caracterizada com o nome estampado, Polícia, com aqueles holofotes do mundo todinho, porque quando chega a 500 metros o bandido já sabe que ela está ali. E ninguém tem coragem de se aproximar de uma viatura e dar algum depoimento, dar alguma informação. Então é essencial, não é nem necessário, é essencial que tenha descaracterizado, que não tenha absolutamente nada, nem placa branca. Tem que ser placa registrada, mas placa comum, para que a Polícia, com roupa comum, de *short*, do que seja, para poder entrar na área, para poder chegar, para poder um cidadão ter coragem de chegar junto e conversar, de entrar naquele carro e mostrar alguma coisa. Infelizmente quando essas condições não chegam, não se pode fazer nada. Então, às vezes fico muito triste quando culpam a Polícia por não concluir esse procedimento, mas a culpa não é só dos que fazem a Polícia não, é a falta de condições materiais, é essa que gera a maior impunidade. Porque o cidadão hoje em dia não tem coragem de se aproximar, não tem coragem de depor, porque morre. Se mata por um real, por um crime, se olhar na cara, morre. Eles não vão se arriscar. Se houvesse um sigilo.... Eu, apesar de ser, não praticante, mas advogada por profissão, por ter feito Direito, embora não possa advogar, mas eu lamento, existe um grupo de advogados sem ética, e isso gera muito mais ainda a impunidade, porque ele está vendo, o advogado lê o que tem contra seu cliente e informa a ele, isso é natural.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso do Naldo, qual o número aproximado de vítimas identificadas que foram executadas por ele e quantos inquéritos foram instaurados e quantos foram concluídos?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Se concluídos, digo assim que a Justiça não tenha devolvido mais à Delegacia por achar que esta completamente finalizado, isso não posso lhe informar, porque (*ininteligível*), mas veja bem. As vítimas foram 29, que nós identificamos. Dessas 29...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vou citar o nome das vítimas, é importante, e a senhora identifica. Marcivaldo França de Souza.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Essa vítima que é o Piolho, que foi o que gerou toda essa investigação, eu acredito que o inquérito dele não tenha sido realizado. Foi esse que foi seqüestrado de casa e foi morto em outra cidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Marconi Carvalho de Souza, que era menor.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Marconi Carvalho de Souza, não consegui identificar nem o familiar e nem o local onde ele residia, nem em que área ele foi morto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O outro irmão Marconi Tavares de Oliveira, também menor?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Esse aqui é o irmão do Marcivaldo, que por ter assistido o seqüestro dele foi morto também dias depois.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Roberval Paulino de Oliveira.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Roberval Paulino de Oliveira, esse foi feito um inquérito mas não sei dizer ao senhor se foi...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Galeguinho?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não, não consegui saber quem era o Galeguinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hélio, que é um menor?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Se eu disser os que foram realizados fica mais fácil de identificar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pode dizer.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Foi feito o inquérito de Severino Ferreira da Silva e Geranildo Xavier de Souza, que foi um duplo homicídio. Ivonildo Félix de Souza, Ricardo Paulino dos Santos, Roberval Dantas de Medeiros, Kildere Martiniano dos Santos, Romeu Paulo da Silva e Abraão Rodrigues Santana, esses foram os inquéritos que consegui instaurar por conta desse grupo. Agora, nos identificamos que na 8ª Delegacia alguns tinham sido iniciados também, mas não posso dizer ao senhor se foi determinado a autoria do grupo nesse inquérito, porque



já estava na Justiça e não houve tempo hábil para que a Justiça baixasse para a gente identificar. Esses foram os cinco inquéritos feitos pela 8ª Delegacia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Desses 29, pelo que nós temos aqui, vítimas executadas pelo grupo, ou seja, 23 são menores. A senhora falou que há uma incidência dos crimes que acontecem de 15 a 23 anos.

A SRA. SIMONE BARBALHO - No máximo a gente conseguiu identificar uma vítima de 25 anos, quer dizer, a maioria é essa, entre 15 e 25 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em todos esses inquéritos era apontados também a participação dos policiais militares?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Em todos eles faziam menção do Naldo. Alguns, quando ia mencionar, parava porque era militar, intimidava, então, ele falava nos civis e deixava o militar. Entretanto, ficou evidenciado nos outros depoimentos, que era o grupo, quando um estava, todos estavam porque muitas vezes foi apontado um veículo pertencente ao sargento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. No caso do Naldo, que utilizava uniforme da Polícia, a senhora conseguiu tirar de Naldo como ele conseguia esses uniformes?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Ele nega, e o senhor sabe que a gente não pode forçar nem obrigar ninguém a dizer. O único crime em que ele diz que realmente praticou, é um que ele está sendo julgado agora há pouco, porque ele está preso com mandado nosso e da Justiça do Conde, por um da área do Grotão. Mas anterior à área do Grotão ele já estava indiciado por um outro crime, porque parece-me que foi na frente de muita gente e ainda não havia espalhado a fama, é o único em que ele admite.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E de que ele trabalha, num posto da Polícia Militar, a senhora já conseguiu receber alguma denúncia desse caso?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Nesse conjunto denominado Taipa havia um posto militar aberto. Então, em alguns depoimentos, não é depoimento, pessoas que conversavam e diziam, vou lhe dar as informações, mas eu não vou colocar no papel. Dizia que ele se reunia nesse posto, porque eles trabalhavam, tiravam serviço, principalmente o soldado Jailson e o outro soldado Jurandir já trabalharam nesse posto. Eu solicitei da Polícia Militar a relação, e também não sabia a época



porque o posto já havia sido fechado. Eu solicitei a colaboração para que ele me nomeasse as pessoas que prestaram serviço nesse posto, mas eu não fui...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não foi atendida.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não, não fui atendida.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora fala de, por exemplo, lá na, solicitou a prisão preventiva também de Damião, e Damião não conseguiu ser preso.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Porque quando nós tínhamos a informação de onde ele estava, que nós chegávamos lá ele já tinha escapulado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele já sabia de tudo.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Já sabia. Foi quando depois nós soubemos o por que sempre nós chegávamos atrasados, por conta de informações de que era da granja, era muito amigo de policiais, e o senhor sabe que a amizade, cai fora que tem gente vindo e...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do grupo que é comandando pelo sargento, a grande maioria seria também membro da família dele?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Exato. Tem o sargento...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Damião também.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não, o Damião é amigo, é amigo...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Amigo, e mais quatro civis.

A SRA. SIMONE BARBALHO - O Noca, que já foi morto, e o Nonô e o Deda, que seriam parentes desse Edinaldo. Agora o grau de parentesco exato não sei informar ao senhor. Apenas que é irmão ou é primo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse grupo de extermínio continua agindo nesses bairros, mesmo com a prisão do Naldo?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Olha, doutor, eu não poderia afirmar com certeza, mortes continuam havendo indiscriminadamente, há muita morte, principalmente com esse tipo de característica, mata aqui e joga e encontra ali. Não é aquela morte porque acredito que todo ser humano é um homicida em potencial, basta se apresentar o momento. Esse tipo de morte não é aquela oculta, aquela que vai mata e joga, é encontrado com dois dias, às vezes nem é identificado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - São os crimes misteriosos.



A SRA. SIMONE BARBALHO - Exato. Isso é o que dificulta mais, mas eu não posso lhe informar se é do mesmo grupo, porque eu estou afastada das atividades há algum tempo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. A senhora poderia falar também sobre a chacina conhecida como a Chacina do Colibri? Que aconteceu lá próximo ao conjunto José Américo?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Essa chacina, na época eu estava também na Homicídio, e foi investigada por nós da Homicídio. Identificamos, foram quatro os autores identificados, dentre eles um militar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nome?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Se não me engano, Alcivan...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Alcivan.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Alcivan, qualquer coisa. Lamentavelmente conseguimos testemunha ocular, todas as informações, o inquérito perfeito e acabado. Entretanto, a testemunha por medo, antes da primeira audiência na esfera judicial, que vem confirmar ou não tudo que foi feito na esfera civil, ela fugiu por medo, e o inquérito foi arquivado por falta de provas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Durante as investigações do caso da Chacina Colibri, além do Alcivan tinha uma pessoa conhecida por Alfredão?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Era o conhecido, temido capa preta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Capa preta.

A SRA. SIMONE BARBALHO - A quem atribuíam a ele também muitos homicídios ocorridos no bairro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mais quem além? O Alcivan, o capa preta e quem mais?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Olha, eu não me recordo porque já faz algum tempo, mas eles andavam juntos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Andavam juntos, era um agrupamento.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qual a maior dificuldade que a senhora encontrou em investigar crimes perpetrados por policiais civis e militares na Paraíba?



A SRA. SIMONE BARBALHO - Primeiro a falta de testemunho, que é a fundamental. Sem o testemunho só você sabendo, inclusive uma vez um juiz disse a mim: polícia não é vítima, polícia não é testemunha. Então, aquelas informações que nós colhíamos ali e aqui e acolá ficam perdidas se a gente não encontrar uma pessoa que coloque no papel. E com isso o trabalho fica todo perdido. Agora, se houvesse uma mudança radical no Processo Penal, relativo à feitura do inquérito, talvez melhorasse, porque você pode até encontrar no momento do crime. Não sei por conta do impacto, às vezes os ânimos ficam alterados, então as pessoas querem falar, dizem tudo. Só que isso é feito na Polícia, mas quando chega, o inquérito é meramente uma peça informativa, ela não tem valor jurídico nenhum. A primeira audiência leva meses, então as pessoas já estão cansadas, se sentem incomodadas quando são intimadas, negam, dizem que não sabem de nada, que não sabe por que foi intimada. É sempre o mesmo refrão. Não sei por que fui intimado, Não sei de nada, não estava em casa, sou do trabalho, do trabalho para casa, é isso pronto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quando alguém tem coragem de ir depor, normalmente morre?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Morre. Se for em crimes graves assim de repercussão, porque tudo também depende da imprensa. A imprensa é que dá o grau de importância. Eu classifico o crime de homicídio como igual, desde o pequeno até do próprio bandido, porque eles são vítimas da própria violência deles, mas a imprensa é que dá o grau de importância de cada crime, aí fica difícil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso de todos os inquéritos, alguns foram assassinados por arma branca, outros foram por arma de fogo?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não só por arma branca. Apenas tenho informações que quando um homicídio havia o uso de arma branca, essa arma branca era utilizada pelo Damião, entendeu? E também tenho a informação de que ele era quem, por ele ser da função de vender, do ramo do comércio, ele era quem listava quem deveria morrer.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há caso de mutilação, de corte de impressões digitais, de inquérito...



A SRA. SIMONE BARBALHO - Não assim de pequeno, mas de selvageria mesmo assim, muitas facadas no mesmo local...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Corte da língua, não?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não, furar olho, cabeça, disparo assim a queima roupa, deixando...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Corte de órgãos sexuais, não?

A SRA. SIMONE BARBALHO - ...deixando ainda amarrado, levado para outro canto, dentro de pneu, entendeu?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso desses que tinham bala, foram feitos exames...

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não, porque não tinha projétil no corpo. Porque se tivesse algum projétil, e se eu suspeitasse que a arma era do senhor, então eu requisitaria sua arma para fazer exame.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Significa que eram bons atiradores que sabiam o que estavam fazendo para não deixar nenhuma marca.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Geralmente o uso da pistola, que é mais perfurante, ela sempre trespassa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Delegada, a senhora nesse período sofreu alguma ameaça, sofreu algum tipo de represália, ou de humilhação, desse processo?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Olha, humilhações, eu disse o seguinte: que no dia que eu for desmoralizada, eu deixo a Polícia, porque eu não entrei nela para ser desmoralizada. Ou me respeitam, ou me respeitam. Eu não faço nada do que a lei não me determine. Então, eu me acho um policial na linha policial. Eu disse: eu não entrei na Polícia atrás de emprego, emprego eu tinha, eu era defensora pública há 10 anos. Eu fiz o concurso para currículo, só que me apaixonei pela investigação quando cursei a academia, e lá fiquei. Agora, intimidação tentaram, mas eu não sou mulher de me deixar intimidar e minha fama me precede. Então, houveram aqueles boatos de que eu estava mexendo em casa de maribondo e que tivesse cuidado, que eu era muito conhecida, que todos sabiam onde eu morava, então, eu vou e chamo e na oportunidade do interrogatório, eu disse: olha, não adianta fazer isso,



porque não me intimida. Vai lá e negam tudo e fica por isso mesmo, mas eu nunca me deixei intimidar não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado a delegada Simone Barbalho, passo ao Presidente para que outros Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Obrigado, Sr. Presidente. Dra. Simone Barbalho, primeiro queria lhe parabenizar pelo seu depoimento, pela grande ajuda que vem dar a esse trabalho da nossa CPI com as suas informações. Algumas perguntas que eu queria fazer, o Deputado Luiz Couto já apresentou, que é aquela quando a senhora falava de que saiu da delegacia exatamente para saber em que circunstâncias isso ocorreu, a senhora já respondeu, mas queria lhe perguntar, fazer uma outra pergunta: a senhora falou que na investigação, quando identificava a participação de policial militar, a senhora falou de civis. São pessoas civis ou policiais civis?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Pessoas civis, pessoas do povo.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Tá O.K. E a senhora falou que eles, no caso dos policiais, eles são escorregadios na... A senhora, em algum momento da sua fala, falou que eles são escorregadios. Os policiais ou a polícia, quando a senhora precisava de alguma informação? Se esse "escorregadio" significava alguma dificuldade em relação ao Comando da Polícia Militar ou o comandante geral ou dos comandos intermediários da Polícia?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não, eu quis dizer o seguinte, me desculpe se não me fiz entender. O policial militar, no caso o sargento e o soldado, ele tem mais contato direto com o povo, então ele tem muitas amizades, ele tem muitos conhecimentos, entendeu? Eu não trabalhava... A Delegacia de Homicídios não era uma área fechada, ela ficava dentro da central de polícia nossa, que comportava todas as Delegacias Especializadas, entendeu? E há um contato direto, não há segredo, eu não tenho... não tinha um gabinete fechado para receber uma pessoa e ela me dar a informação e ficar aquela informação só comigo e eu só... entendeu... e agir só na hora, entendeu? Então, havia... a informação era aberta, porque o ambiente era aberto. E o senhor sabe que em todo canto há amizade. E, ora, se já



havia a amizade natural, ainda mais havendo a influência familiar, que eu digo no caso de que se descobriu que havia um parente no local de trabalho do Damião, entendeu, isso dificultava para a gente chegar. O que eu quis dizer “escorregadio” por isso, porque para o policial militar, em si, não, porque ele estava exercendo a sua função. Eu peguei os mandados, chamei o oficial do dia e solicitei que o recolhesse preso, entendeu. Os outros, não, eu teria que ir em casa e fazer o levantamento, porque eu poderia ter ido na casa de qualquer um dos militares, mas eu não achei correto eu... entendeu... se eles eram militares, eu tinha que me entender com o comandante dele, apresentar. Não ia fazer escarcéu, porque eu não estava ali para fazer propaganda, até porque a propaganda negativa iria atingir, porque atingindo um policial atinge a instituição; e atingindo a instituição atinge a mim. E não é isso que eu quero. Eu quero ser respeitada. Eu quero, não, eu sou respeitada. Então, eu não admito que ninguém venha desrespeitar, que ninguém venha falar mal, entendeu? Aí eu disse “escorregadio” é isso, não teve dificuldade, teve dificuldade em manter o preso. Aí é questão judicial, isso não vem ao caso. Mas houve facilidade, porque eles estavam no exercício. Mas as outras pessoas da qual... porque as pessoas... essa pessoa... que tem um Sr. Gimenez aqui, o depoimento dele é uma maravilha, só que ele deu esse depoimento e caiu fora. Se precisar achar ele agora, vai ser muito difícil, porque ele já caiu fora, com medo de morrer. Entendeu? Eu falei nesse sentido, da dificuldade.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - O Deputado Luiz Couto fez uma outra pergunta, que eu tentaria fazer de forma diferente: ele perguntou se a senhora já foi... já houve tentativa de desmoralizar a senhora no processo, nesse processo todo de investigação, quando a senhora comandava essa delegacia de homicídio. Eu perguntaria o seguinte, porque é comum, inclusive, em outras situações, eu já vi muito isso, tentativa de desqualificar a pessoa, ou seja, tanto por parte de setores de imprensa ou boatos que começam a surgir tentando desqualificar, dizendo que uma pessoa é louca, não tem... Quer dizer, cria um clima de tentativa de “instabilizar” a pessoa, para que ela termine, na verdade, se desmoralizando diante da comunidade. Se isso já ocorreu: tentativa de desqualificação do seu trabalho por algum setor da sociedade, especificamente?



A SRA. SIMONE BARBALHO - Não, doutor. Não foi nesse sentido, não. A imprensa sempre apoiou o meu trabalho, no sentido... porque quando ela vem para uma informação, vamos dizer, há um crime e eu estou investigando, não chego dizendo: *“Olha, houve esse crime, fez isso, isso e isso”*. Entendeu? Se eu tiver a prova, se eu tiver um documento, como eu tenho aqui, dizendo que atribuo esses crimes a fulano, beltrano e sicrano, entendeu, é repassado. Então, quando eles tomaram conhecimento dessas 29 mortes atribuídas a esse grupo, elas publicaram direitinho, fizeram tudinho. Não. Eu digo no sentido de me intimidar por parte... porque tinha policiais acusados. Até então eu só tinha o apelido, que era Erivaldo, que podia ser qualquer um, era só o primeiro nome, entendeu, a gente ainda não tinha mesmo. Há o boato, porque, é claro, tenta intimidar... Eu sou um tico de gente, eu digo que eu sou um toco de cachorro mijar, eu sou um tico de gente. Então, eu acho assim: não, é mulher, pequenininha, entendeu, aí vamos intimidar. Mas escolheu a pessoa errada. Também parou, houve esse boato, por ocasião do interrogatório eu conversei com ele, eu disse que não adianta, que eu não aceitava, porque não me intimidava. E parou por ali e eu não tive mais.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Por último, Dra. Simone, a senhora falou aí do perfil das vítimas, que, invariavelmente, principalmente no Nordeste, Bahia é assim, em Pernambuco, esse perfil de vítimas que a senhora citou aí é comum em praticamente todos os Estados: jovens, homens, na sua imensa maioria, é muito difícil encontrar mulher envolvida, só residualmente, mas tem um outro dado que acho importante. Aqui teve uma CPI há um tempo atrás que investigou esterilização de mulheres. E tinha um perfil específico dessas mulheres: pobres, invariavelmente, e negras. Em vários depoimentos, eu tenho me preocupado em levantar esse perfil, porque é comum nisso que a senhora colocou aí, 17 a 27 anos, 15 a 27 anos, homens e tal. Nessas vítimas que a senhora acompanhou lá na Paraíba, a maioria dessas vítimas são pessoas que poderiam ser identificadas como pessoas negras?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Não, a maioria é parda, aquele moreno claro, moreno escuro ou o branco mesmo, aquele branco transparente como tem um dos rapazes aqui, ele era branco dos olhos azuis.



O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Então, a maioria é parda, que a senhora chama?

A SRA. SIMONE BARBALHO - É, a maioria é parda. A única coisa em comum é que eles ou eram usuários de drogas ou eram acusados de traficar, entendeu? Isso é constante. Ou de pequenos assaltos, entendeu, mas sempre tinha a droga no meio, ou como usuário ou como...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Traficante.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Muito obrigada.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Mas não é específico, não. A maioria é negra, a maioria é branca, não. É pardo comum, como nós todos somos, entendeu? A maioria é essa, parda. Até porque nenhuma dessas vítimas... eu só vi uma porque eu já tinha foto dela de outros crimes que ela havia praticado, como eu disse ao senhor, que era a de olhos azuis. Mas a maioria delas eu vi através do laudo cadavérico, que só identifica assim: pardo, cabelo tal, boa compleição física, entende? Era nesse sentido assim. Mas, para dizer ao senhor realmente a diferenciação, eu não poderia dizer, porque eu tinha só a referência do laudo cadavérico.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Muito obrigado, Dra. Simone. Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Deputada... Delegada Simone, eu queria ainda que... sobre esse caso do número muito grande de menores que são assassinados, né, esses menores... parece que tem um caso inclusive de um menor que foi assassinado e que era até evangélico. Tem um caso desse, não tem?

A SRA. SIMONE BARBALHO - É, tem um caso desse. Ele tentou sair do grupo e tinha um vizinho que era evangélico e ele decidiu entrar na igreja. E no primeiro dia que estava trabalhando para a igreja, angariando fundo, essas coisas, foi morto, foi seguido por esse grupo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem foi isso aí, a senhora tem o nome dele?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Foi atribuído ao Naldo e ao sargento Erivaldo.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o nome dele, do que foi morto?

A SRA. SIMONE BARBALHO - Doutor, eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tá bom. No inquérito tem.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Mas aqui nessa papelada vocês encontram.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Na realidade, havia um processo de aliciamento por parte do grupo para que esses menores ou entrassem na questão das drogas ou venda de armas. Tem casos em que alguns deles eram usados para vender armas.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Eu não sei dizer ao senhor se realmente isso procede, porque, como eu disse ao senhor, quando está no papel para mim é o que vale. Mas houve boatos, chegaram indícios de que realmente eles não só lidavam com isso como também alugavam para outros grupos praticarem. Por exemplo: *“Eu não tenho arma, me arranja aí por 20 reais”*. Entendeu? Alugavam as armas para serem usadas em crimes, mas isso eu não tenho no papel.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, antes eu queria, já que eu não estava no final, estava atendendo a imprensa, no caso do Iremar Marinho de Barros, saber se o mesmo, que está sendo ameaçado, se o mesmo solicita desta CPI que ela encaminhe um pedido ao Ministério da Justiça para que tenha proteção da Polícia Federal.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Não seria uma segurança estritamente pessoal, mas como com segurança não se deve brincar, eu gostaria, se pudesse ser analisado, por exemplo, de uma segurança discreta para proximidades do jornal onde eu trabalho, ou proximidades ou no interior do jornal em que eu trabalho, o jornal *Extra*, ou então alguma espécie de ronda, e também alguma espécie de ronda na minha residência, porque a minha família é realmente muito temerosa. Tenho filhos e tenho 2 netos, inclusive. A minha família é muito temerosa em relação a essa situação. Então, isso até para dar mais algum conforto, alguma segurança. Seria, se fosse o caso de uma ronda, não uma coisa permanente, uma coisa que passasse, assim, periodicamente para ver alguma situação. Seria nesse sentido. Agora, pessoal assim para seguir, andar, em companhia, hoje, por enquanto, eu não solicitaria não, não sei para a frente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nesse caso da Polícia Militar teria?



O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Polícia Militar é a tal história, as pessoas estão lá dentro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas você indicando os policiais que você conhece.

O SR. IREMAR MARINHO DE BARROS - Não conheceria não, não seria conveniente também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - A Presidência agradece a Dra. Simone pela colaboração, pela contribuição que traz para esta CPI. Consulto V.Sas. se têm mais alguma coisa a falar.

A SRA. SIMONE BARBALHO - Eu me coloco à disposição dos senhores, no que eu puder colaborar. Como eu digo, tendo escrito, tendo pessoas, como eu não posso ser nem testemunha nem vítima, porque já foi me dito isso, que Polícia nem era vítima e nem era testemunha. Então, eu só estou à disposição da Comissão, sempre que precisar, que quiser e que eu tiver algo a contribuir, pode contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra à convidada Ana Maria Santos, Presidente do Fórum de Direitos Humanos de Santo Antônio de Jesus, do Estado da Bahia, por até 20 minutos.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Boa noite, boa tarde, ainda, a todos. Eu agradeço a Mesa pelo convite e pela atenção que deu ao caso da existência de suposto grupo de extermínio no Município de Santo Antônio de Jesus, na Bahia. Para fazer um *release* mais ou menos de como deu início, quais foram as entidades que essas pessoas procuraram, o Fórum de Direitos Humanos do Município foi fundado no dia 14/12/2000, no Município. Essas denúncias, como nós não tínhamos sede, sempre a gente dava um aviso nas rádios comunitárias que nossas reuniões seriam em tais lugares, no sindicato, na própria comunidade. E começou, no final de 2001, famílias de desaparecidos da cidade, que até hoje não sabiam do sumiço, onde estavam os filhos, procuraram o Fórum de Direitos Humanos. Então, nós nos reunimos com essas famílias para que elas fizessem as denúncias, as próprias vítimas, na própria comunidade onde a gente realizava as reuniões, porque a gente não tinha sede. No ano de 2003, não, em novembro de 2002, conseguimos aprovar um projeto junto à CRS e a mesma nos deu estrutura para a gente alugar uma sede no Município. Então, quando a gente começou a receber essas denúncias, no final



de 2001, a gente não tinha ainda nada concreto até para apresentar uma coisa mais sólida ao Ministério Público. Por quê? As mães só diziam que tinham sido policiais que tinham desaparecido com seus filhos, mas que as testemunhas não tinham coragem de denunciar. Aí, no decorrer, foi aparecendo o quê? Vítimas que foram torturadas e que ficaram vivas, lógico. E achamos necessário informar, principalmente ao promotor da Infância e Juventude, que era o Dr. Evandro, na época, que a maioria eram adolescentes e ainda crianças. Nós encaminhamos a denúncia ao Ministério Público. Foi quando o Dr. Evandro deu início. Aí teve a Ouvidoria da Polícia, eu dei depoimento. Teve reconhecimento, mas, infelizmente, só quem reconheceu os policiais foi apenas um desses adolescentes, porque no momento que eles foram ser identificados, eles simplesmente se camuflaram, ficaram totalmente diferentes, vestidos com roupa, ficaram fardados, não ficaram da forma como eles ficaram, emagreceram, se pintaram, então os meninos não reconheceram. Como teve uma mãe que achou um absurdo que nenhum dos meninos conseguiu reconhecer, ela pediu ao promotor para ver, aí foi quando ela identificou. Por quê? Segundo informação que nós tivemos, até do próprio Ministério Público, no momento em que os meninos iam ver, eles mudavam a numeração da roupa, então os meninos se atrapalhavam. Tinha um desses policiais que estava pintado, ele tinha mudado mais ou menos o perfil dele. Então, isso é uma das coisas que preocupou, e eu não sei como é que ficou a investigação diante disso, a gente não tem notícia. Posteriormente a isso, nós recebemos uma carta, não, um rapaz que o seu irmão está até hoje desaparecido, que é o Gilson, e que nos trouxe uma carta do grupo de extermínio, o qual um amigo dele teria recebido e passado as informações do que tinha acontecido. Eu acho interessante eu dar uma lida, assim, em alguns pontos, que eu acho válido que a gente tenha conhecimento de como são feitas as coisas no Município. Então ele começa, eu prefiro não dizer os nomes das pessoas que estão nesta carta até por questão de segurança, que a gente está sofrendo muitas retaliações, muita gente já foi embora do Município, inclusive eu por conta, embora não, inclusive eu por conta das ameaças que eu venho sofrendo. Mas a carta diz assim, fala o nome, fulano: *“Olhe, nós estamos ligados em todo os seu movimento. Há muitos dias que eu venho lhe seguindo e observando todos os seus movimentos. Nós tivemos um de seus colegas em nossas mãos, por um nome de*



Gilson Branco, ele me deu — esse aqui está desaparecido, por isso que eu estou falando no nome dele — ele meu deu todas as idéias, mas — é que está muito apagada — todas as suas idéias em que vocês passam droga na sua casa, na rua tal, número tal. Já temos toda a estrutura da casa, já sabemos como resolver o problema. Há um certo tempo nós já lhe demos uma idéia. Esta foi a primeira, a segunda vez é esta que estou lhe avisando, lembre bem do que aconteceu com o Zé de Anjo — que já morreu —, nós avisamos a ele, não só uma vez como várias, e também a Gilson Branco. Olhe bem o que aconteceu. Iremos, talvez, lhe dar uns 30 dias para sumir, mas vamos ficar ligados. Você tem um colega motoqueiro que não sai de sua casa e nós seguimos ele também. Já vimos quem entra e quem sai desta casa. Sabe qual o problema, maluco? É que você usa tanta droga que passa a fazer merda. Além de usar, você ainda vende. Mas tudo isso vai levar um fim, depende de você. Nós nunca atuamos sem avisar, como foi com Gilson Branco e Sé de Anjo. Olhe bem, você passou por nós em uma noite em que nós te abordamos, mas não iremos abordar mais, iremos agora é atuar. Logo, logo, iremos agir, porque você nos está desafiando. Aqui já ficou muito pequeno para você. O terceiro sinal é a sua morte, claro, depois de cortarmos as suas mãos e seus pés. Extermínio.” Aí, eles escrevem extermínio com “s”. Inclusive, outras pessoas já analisaram, advogados, e viram realmente que a linguagem é relacionada aos policiais, e a gente imagina que seja. Uma outra coisa que, diante desses casos, a gente fica a questionar é que no momento em que todas essas famílias, quando tinham os seus filhos mortos e desaparecidos, até torturados, procuravam a delegacia local. No entanto, muitas vezes essa delegacia não pegava as declarações por termo. As que foram pegadas, pelo que eu saiba, foram instaurados apenas 2 inquéritos. As investigações, até o momento, não foram encaminhadas, não foi dado nenhum prosseguimento. Não consigo entender o motivo. Inclusive, alguns laudos médicos falam de anemia aguda, mas não dizem a causa da morte. A causa dessa anemia sabemos que foi disparo de tiros. Graças a Deus temos uma novidade muito boa. Tem um rapaz — não vou dizer o nome, porque Santo Antônio de Jesus está numa situação muito complicada. Essa é mais uma prova de que esse suposto grupo de extermínio, que a gente não pode afirmar, ainda, mas a gente sabe que há indícios que existem que desde 2000 já vem atuando. Como recebemos denúncias anônimas, vou ter que



relatar isso posteriormente, para não complicar a vida dessa pessoa que nos denunciou. Esse rapaz foi morto com 20 tiros, um menino. Tenho todas as cópias que trouxe para vocês. Ele nunca teve envolvimento nenhum, nunca foi preso. Ele estava de folga. Comprova-se através de declarações de empresas, de amigos, de médicos, da idoneidade desse rapaz. Ele foi morto porque simplesmente estava na frente de uma casa quando vieram 20 policiais disparando. Então, ele invadiu uma casa, entrou, alguns policiais entraram atrás dele e o assassinaram com 20 tiros, colocando a família para fora da casa. Como não tinha nada de concreto da morte desse rapaz, hoje nós conseguimos 6 testemunhas da morte, inclusive 3: no caso a mãe, a filha e o avô dessa menina que vai fazer a denúncia, que viu quem foram os policiais, e mais 2 amigos dele, que ficaram um tempo escondidos e que vão denunciar. A gente só aguarda a Dra. Ana Rita para que sejam feitas essas denúncias. A gente até achou que depois desse tipo de coisa, as coisas iriam esfriar. Realmente esfriou um tempo, mas eu acredito que a justiça vai ser feita diante desses fatos. Outra coisa que a gente deve relatar é que teve uma maratona. Tanto que não trouxe a maioria dos documentos, porque a Dra. Ana Rita, promotora, já entregou toda essa documentação a vocês. Foi uma labuta muito grande quando tínhamos que buscar esses jovens em suas casas para ter que denunciar, porque eles não tinham mais coragem de ir ao Ministério Público, porque eles achavam que lá alguém iria trair, falar deles, iria entregá-los. Então, o Fórum de Direitos Humanos conversou com as famílias. Ninguém forçou ninguém a fazer nada. Eles nos procuraram e assim que nos procuraram, encaminhamos as denúncias ao Ministério Público, que na época era a Dra. Ana Rita Cerqueira, da Vara Criminal. Encaminhamos todas essas documentações, e foi dado início à abertura de um processo. A Dra. Ana Rita denunciou alguns policiais por tortura e formação de quadrilha. Inclusive, tem 2 policiais que desde o dia 20 de novembro estão presos e continuam presos, que é o Luís de Bia e o Gilvan Pomponet, que é mais conhecido, o Pomponet. Inclusive, uma semana antes do carnaval, eles iam ser soltos. Por quê? Dra. Ana Rita estava de férias e solicitou ao colega, ao promotor, Dr. Julimar Barreto, que ele acompanhasse a audiência, porque se ela pedisse para ela deixar as suas férias só para ir a essa audiência, aí, sim, as pessoas poderiam pensar que era uma questão pessoal e não uma questão de lutar para que realmente essa



impunidade deixe de fluir. O que aconteceu? Dra. Ana Rita veio e delegou ao amigo, que é colega dela de trabalho, Dr. Julimar. Quando terminou a audiência, os advogados de Luís de Bia e Pomponet solicitaram da juíza que a prisão deles fosse revogada. Infelizmente, por conta do destino, não sei o que foi, Dr. Julimar Barreto, Promotor de Justiça, acata a decisão dos advogados. Isso foi um transtorno muito grande. Em momentos, quando começava a relatar isso na rádio, afirmando — eu não ouvi as declarações do Promotor —, dizendo que ele tinha realmente concedido porque não via indícios de que o Luís de Bia teria cometido vários assassinatos desde quando ele já estava afastado, há quase 4 anos, da Polícia, e tinha um problema de joelho, não via nenhum indício de que o Luís de Bia fosse culpado. Mas mesmo sabendo que tinha toda uma documentação legal, todas as provas concretas diante do fato, ele preferiu acatar o pedido dos advogados do que cumprir o que estava escrito com toda a ética, com toda aquela denúncia, que o Fórum de Direitos Humanos, junto com o Ministério Público, tinha trabalhado para denunciar e prender esses policiais. Sendo que 3 policiais continuam soltos. Outra coisa que a gente tem que deixar claro é que às vezes a imprensa divulgou muito nas rádios e na televisão que foram 42 mortes. Não foram 42 mortes. Foram 42 vítimas, sendo que 18 mortos, 4 desaparecidos e 14 torturados. A maioria dos torturados se encontram fora da cidade, por questão de medo. Quando começaram as denúncias, em abril de 2003, mesmos aquelas denúncias mais fortes, através de rádios, de televisão, passei a ser ameaçada de morte. Onde eles entravam, não sei quem foi, porque eu nunca vi, não vou poder afirmar que foram esses policiais ou que foram outras pessoas, porque eu não sei. Eles entravam no fundo da minha casa e tentavam me intimidar, mexendo nas cadeiras do fundo, mas nunca fizeram a tentativa de invadir a minha casa, exceto no dia 18 de setembro de 2003, quando da antevéspera da vinda da relatora. Realmente ali eu tive a certeza de que iria ser executada. Se eu tivesse chegado em casa no horário de costume, eu teria sido executada. Mas, por sorte, a menina que mora comigo tinha ouvido uns barulhos. Quando ela saiu à frente da casa com o noivo, encontrou do lado uma pessoa e em frente à minha casa, outra. Foi quando eles entraram correndo e, graças a Deus, não fizeram nada com essas pessoas. Então, o seguinte: fomos à Delegacia, eu denunciei. Já tinha ido antes dos telefonemas, das tentativas dessas pessoas entrando na minha casa, e até hoje não



foi feito nada, não foi apurado nada a respeito do que vem acontecendo nem comigo, nem com as pessoas que morreram, que desapareceram, que estão mortas. Se tiver algum inquérito, a não ser 2 que tenho conhecimento, instaurado, e se foi resolvido alguma coisa, não está no meu conhecimento, porque eu tenho investigado isso, procurado saber e não tenho informações. Se não tenho informação é por que não existe nada. Então, passei a ser ameaçada. Por coincidência, na mesma quinta-feira, um rapaz chamado Gildásio, que foi vítima desses policiais, invadiram a casa dele para tentar executá-lo, mais uma vez, tentaram entrar na minha casa e ainda ameaçaram um dos irmãos de um rapaz chamado Gilson, que está desaparecido. Ele, inclusive, prestou declaração ao Ministério Público. Então, isso ficou claro, mais claro do que nunca, que foi a ação dessas pessoas. A gente acredita que tenha sido essas pessoas, porque é muita coincidência, na antevéspera da vinda da Relatora, eu, Presidente do Fórum de Direitos Humanos, sofrer um atentado — quer dizer, não bem um atentado, mas na minha casa foram encontrado ao lado cordas, uma câmara de ar e uma barra de ferro. Uma pessoa que havia sido vítima do grupo de extermínio queria denunciar no sábado e na quinta-feira também foi quase morta. E o irmão de um dos meninos que estavam desaparecidos também foi fazer a denúncia. Isso tudo foi na quinta-feira. Quando nós recebemos a Relatora da ONU, na segunda-feira foi quando eu recebi mesmo as ameaças mais fortes pelo meu celular, quando eles bloqueiam o celular e não dá para a gente ver o número. A partir desse dia, prestei uma denúncia ao Ministério Público, com a Dra. Ana Rita, e ela pediu que eu só saísse de lá escoltada com a Polícia Militar. De fato, foi o que aconteceu. Passei esse período todo sendo acompanhada por pessoas de confiança da Polícia Militar, segundo a informação dela, que tinha confiança, e ficaram comigo sem problema nenhum. Só que, depois, 20 dias depois, aconteceu a morte de Gérson Bispo. Infelizmente, um inquérito da Polícia Federal indica que foi Reginaldo, uma das vítimas, que também foi vítima desse grupo de extermínio e desses próprios policiais que estão presos, segundo informação das declarações e das denúncias deles. E estamos sem saber o que fazer porque teve pessoas que nos relataram que não foi o Reginaldo e disseram quem foi que realmente matou o Gérson. E é até de se estranhar, porque eu tinha conversado na quarta-feira com Gérson, na mesma semana da vinda da Relatora, e



ele havia me dito que ele tinha sido procurado por um desses policiais e ele estava totalmente diferente, ele disse que talvez não soubesse se ia denunciar à Relatora da ONU. Quando ele chegou e denunciou, foi uma surpresa para a gente, e, quando ele acaba, ele desmente tudo aquilo que ele tinha falado para a gente. Ele inocenta o Luís de Bia, quando ele vinha afirmando, nas declarações dele, que ele sabia que tinha sido o Luís de Bia que tinha executado o irmão dele mais o amigo. Depois, ele disse que o Luís de Bia não tinha nada a ver, que ele não tinha provas, uma coisa assim totalmente suspeita em relação à morte de Gérson. Quanto à questão das formas pelas quais eles torturavam e matavam esses jovens, que, em sua maioria eram negros, mestiços e empobrecidos, e que já tinham passagem pela polícia, ou seja, aquelas pessoas que já tinham cometido um pequeno delito, um furto... Desses que conheço, acho que só um que tinha cometido homicídio. Mesmo assim, essa denúncia não chegou até a gente. Isso a gente ficou sabendo... Ficamos sabendo dessas execuções através das rádios. Em primeiro lugar, as rádios faziam as denúncias e, posteriormente, vieram as famílias nos procurar. Quanto à forma, eles torturavam esses jovens com câmaras de ar, roleta russa, cordas, saíam arrastando os meninos e os levavam para uma tal de uma Cascalheira, mata de Dr. Humberto, lá em Santo Antônio de Jesus. Segundo informação dos torturados, no momento em que eles torturavam esses jovens, eles perguntavam: *“Você lembra de Varal e Pinto, que foram mortos?”* Inclusive eles apareceram mutilados, sem orelhas, sem olhos, um desses, não lembro qual, a mãe dele foi até embora por conta disso. *“Vocês lembram de Varal e Pinto, o que fiz com eles? Eu vou fazer a mesma coisa com vocês. Se vocês não delatarem quem passa a maconha, quem rouba, quem furta, eu vou matar vocês.”* Só que, por sorte, a maioria desses jovens, quando foram pegos, tiveram várias testemunhas que, no momento em que eles pegavam os meninos e até entravam na casa, o pessoal falava: *“Oh, a gente vai denunciar agora. Vamos ligar para...”* O menino mesmo, o Gildásio, ele não morreu porque a mãe conseguiu de madrugada ainda ligar para uma rádio. De manhã, ele ainda estava em poder desses policiais, segundo informação, e realmente ouviram o rádio, e ele não foi executado. Foi uma sorte dele. Então, diante dessas denúncias, também as ações que o Fórum teve, posterior às denúncias, foi o quê? A gente encaminhou a denúncia ao Ministério Público. Nós fizemos reuniões na OAB, em Salvador, com o



Ministro Nilmário Miranda. Depois, posteriormente a isso, o Nilmário Miranda, através de uma portaria, designou a força-tarefa, que vocês estiveram lá em Santo Antônio. Na mesma semana, executaram o irmão, o tio do Reginaldo, que é o que está sendo acusado hoje da morte de Gérson. E, nisso aí, a gente realizou uma reunião também com os Parlamentares, que era Presidente da Comissão de Direitos Humanos da AL, que era o Deputado Yulo Oiticica, da Comissão de Direitos Humanos, que tem realmente dado atenção direta a esses casos. Hoje, se eu tenho ainda uma disponibilidade de estar andando livremente, é por conta do apoio da Comissão de Direitos Humanos, que tem acompanhado, tem dado toda a assistência, principalmente às famílias. Mas uma coisa que eu gostaria muito de deixar claro, de deixar como sugestão, porque quem sou eu, uma mera militante de direitos humanos, para ter regalias. Muitos outros que se dizem defensor dos direitos humanos estão aí com segurança, estão aí com seus direitos garantidos. Infelizmente, eu preciso deixar bem claro, eu sinto até medo de ter... Talvez eu não me sentisse bem, como até o nosso companheiro aqui falava, de ter segurança 24 horas. Eu não sei como eu me portaria, porque eu não sou uma pessoa muito disciplinada, eu não tenho disciplina para estar... para ser a rigor, está assim com a Polícia: *“Ah, você tem que está ali, você tem que fazer isso”*. Eu não sei também se eu confiaria tanto. Sei que a Polícia Federal é a única polícia que a gente ainda deve confiar, não existe tantos corruptos, eu acho, diante das coisas que acontecem. Mas, mesmo assim, eu fico com um pé atrás. Eu estou em Santo Antônio de Jesus, eu vou na minha cidade, porque eu sou uma pessoa que... Claro, todo mundo tem medo. Esse é um sentimento que todos nós... Existe já dentro da gente, isso já é natural... Mas eu vou na minha cidade sozinha hoje. Eu consigo passar... As pessoas têm me olhado, hoje, de forma diferente, vendo que realmente eu não abaixei a cabeça, porque eu sempre eu digo: eu não matei, eu não roubei, eu apenas exerci o meu direito, eu apenas exerci a cidadania, eu apenas denunciei, eu estou apenas defendendo uma vida, eu não estou defendendo o crime, eu não estou defendendo o crime, eu não estou defendendo bandido. Porque eu acho que, se eu estivesse defendendo bandido, eu estaria defendendo essas duas pessoas que estão presas. Porque eles deveriam estar fora, já que eu defendo bandido. E, muito pelo contrário, eles estão presos, porque os indícios, as provas apontam que são



eles realmente os verdadeiros assassinos dessas mortes. Infelizmente, eu sinto dizer. Eu fico triste em saber que existe omissão muito grande das autoridades. A gente tem feito um trabalho. O fórum praticamente é uma criança, está engatinhando, e a gente tem abarcado esse tipo de denúncia. A gente não tem apoio. Eu não sinto... Eu não consigo sentir apoio das autoridades locais, nem todas, claro. Eu não consigo sentir realmente apoio da maioria — vírgula — dessa população que se diz que comanda o poder econômico da cidade. Muito pelo contrário, vão para rádios empresários, advogados, autoridades afirmar que não existe grupo de extermínio. E que é mentira. Que Dra. Ana Rita é uma louca. Que Dra. Rose é uma desequilibrada. E que eu também sou uma desequilibrada. E quem inventou toda essa história fomos nós. Sabe por quê? Acho que eles devem achar que a gente escondeu esses meninos que estão desaparecidos e mortos e torturados e que devem estar lá em casa, ou na casa da juíza, ou, então, na casa da promotora. Já que todo mundo diz que não tem grupo de extermínio, então mostrem, apontem quem foram os culpados das mortes desses jovens. E ainda os policiais quando são... Eles dizem que é complô de bandido, que isso é complô de bandido. Então, isso é mais uma prova de que realmente aqueles que têm passagem pela Polícia é quem tem que ser executado, porque bandido bom é bandido morto. Infelizmente, essas pessoas ainda têm essa cultura de pensar que bandido bom é bandido morto. Então, eu, do Fórum de Direitos Humanos, não estou aqui como Ana, a pessoa Ana, mas estou como uma militante de direitos humanos, porque eu acredito, eu ainda quero acreditar na justiça, eu ainda quero acreditar que o Governo vai dar um apoio ao Município de Santo Antônio de Jesus, especificamente, principalmente a Bahia, porque eu sei que os Deputados que estão aqui, principalmente o Deputado Luiz Alberto, foi uma das pessoas... Eu te agradeço por ter feito requerimento solicitando a minha presença aqui. Eu acredito ainda no Governo Federal. Que a gente ainda vai ter uma resposta. Acho que já está tendo, já está começando a ter. Mas, se as coisas não fluírem de maneira adequada, infelizmente, eu vou ter que entrar em contato com a OEA. A gente vai ter que tomar outras medidas drásticas. Porque não é possível que já têm indícios, que vários jovens que estão desaparecidos, que foram torturados na Cascalheira, na mata de Dr. Humberto, não se possa ser feito uma investigação mais assídua se realmente



existem corpos lá. Não vê quem não quer. Não sabe quem não quer. É necessário uma força-tarefa para que a gente investigue, pelo amor de Deus, onde é que está. Cadê os inquéritos? Por que não foi investigado? Por que na maioria dos laudos, nos atestados de óbitos não têm a causa da morte? Só fala da consequência, que foi uma anemia aguda. Cadê os inquéritos? Por que não apura, por que até hoje não apuraram a questão das minhas tentativas de morte? Por que a maioria dos jovens de Santo Antônio de Jesus tiveram que abandonar o seu lar? Então, essas são perguntas que a gente fica, eu fico sem respostas de dizer aqui, porque isso é uma coisa que se traz diante da situação que a gente está vivendo. É muita coincidência. Não estou fazendo juízo de valor, mas, no dia 29, se não me engano, no dia 29 de dezembro, a juíza de Santo Antônio de Jesus acatou o pedido do advogado do policial Luís de Bia, para que ele cumprisse, que ele ficasse respondendo processo no Batalhão de Santo Antônio de Jesus. De fato, dia 29 de dezembro, acho que foi o dia que ele chegou no Município. Dia 31 tentaram matar Gildásio, umas das vítimas de Luís de Bia. Entraram na casa dele para executar. A sorte é que ele morava no fundo, conseguiu ouvir o grito das irmãs e conseguiu fugir. Tem testemunha? Tem. A testemunha quer denunciar? Não. Por quê? Porque todo mundo sabe que, quando denuncia, infelizmente... É por isso que o medo é o que causa a maior impunidade neste País, por conta do medo e também por conta da segurança. Infelizmente o Estado, principalmente o Estado da Bahia, não tem compromisso com essa segurança, não cumpre o que está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos, não cumpre o que está escrito na Constituição Federal, não cumpre nada ao pé da letra, diante da segurança que o Estado tem obrigação de dar a quem é ameaçado de morte. Tem o programa de proteção às vítimas e testemunhas? Tem. Me ofereceram o programa, mas eu não vou para o programa de testemunha, porque eu tenho direito de exercer, de continuar exercendo a minha militância de direitos humanos, no Município no qual está acontecendo a maior barbaridade. As autoridades... o que se tem informações é de que a Polícia não está mais registrando nenhuma ocorrência. Por quê? Enquanto os policiais estiverem soltos — esses são os comentários que a gente ouve através das rádios e das pessoas —, eles vão continuar agindo dessa forma e colocando a violência num patamar mais alto do que já existia. Na verdade, ninguém tinha coragem de dizer em Santo



Antonio de Jesus que a violência crescia a cada semana. Hoje não, hoje é o contrário, eles fazem questão de bater e dizer que existe violência na cidade, que muita gente está morrendo por causa do Fórum de Direitos Humanos, por causa da relatora da ONU e porque os policiais estão presos. Ora, o policial Gilvan Pomponet já estava há um ano afastado de Santo Antonio de Jesus. O policial Luís de Bia, que se encontra preso, já estava há quase 4 anos afastado da Polícia. Não consigo entender qual era a ação, realmente. É por causa de 2 policiais, um que já foi embora há um ano de Santo Antonio e outro que já não trabalhava mais como policial? Segundo informação que tenho, é por causa disso que a violência de Santo Antonio de Jesus tem que aumentar, porque eles estão presos. Então, onde é que está realmente? O que a gente pode fazer? Eu com certeza vou ser uma das pessoas que vai puxar um debate com os militantes de direitos humanos. Eu estou procurando gabinetes, parceiros de entidades de direitos humanos, tanto internacional como nacional, para que a gente faça um debate, um debate mesmo, com a militância da base, não é aquela militância da maioria. Tem muitos Parlamentares, tem muita gente que trabalha, se diz defensor de direitos humanos, que sempre está à frente, e nem todos... Eu respeito muito aqui principalmente os Deputados Luiz Couto, que é um defensor assíduo dos direitos humanos, Luiz Alberto, Nelson Pellegrino, o próprio rapaz que esqueci o nome, a gente sabe da atuação, Nilmário Miranda, quantas coisas a gente continua a falar, nós somos defensores dos direitos humanos, isso aí não tenho dúvida. Agora, a gente precisa é criar um debate, em que a gente possa discutir como os militantes de direitos humanos podem atuar e podem ter realmente o direito de segurança garantido pelo Estado. Com certeza, eu quero ser uma das pioneiras junto com vocês. Convido qualquer pessoa a fazer parte dessa luta. Eu quero travar uma discussão federal. A gente precisa sentar, ver como a gente vai montar uma estratégia a nível de Brasil, especificamente a nível de Bahia, para tentar acabar com a ousadia do grupo de extermínio. E eu peço, pelo amor de Deus, que as pessoas deixem de usar esse termo, justiceiros, mesmo entre aspas. Justiceiros somos nós que defendemos a vida, defendemos o empobrecido, defendemos os negros, defendemos as mulheres. Nós que somos defensores da vida, agora não eles que são justiceiros, nós somos justiceiros. Então, eu acho que a gente precisa tomar um rumo diferente. Nós



militantes de direitos humanos, nós ainda estamos soltos, a gente precisa se unir, a gente precisa levantar essa bandeira, porque senão a maioria dos militantes de direitos humanos vai ficar na mira da bala e vai acabar morrendo, como muitos companheiros dizem: *“Ana, se eu fosse você não voltaria mais nunca para a cidade.”* Porque quando eu chego na minha cidade, a primeira coisa que eu ouço, é dizer: *“Eles disseram que não vão lhe matar mais, mas que eles vão lhe dar uma surra e que você vai ficar aleijada.”* Isso aí está bem claro na cidade. Ultimamente eu não tenho nem ânimo de ficar na minha cidade, a cidade que praticamente eu fui criada, praticamente não, eu fui criada desde 1 ano de idade lá. Quando eu passo na rua, os irmãos de um desses policiais me apontando, me amostrando, parecendo que sou criminosa. Acho que ele está achando que eu vou cair no jogo dele, mas eu não vou. Então isso tudo fica passando despercebido. Eu continuo indo em Santo Antonio de Jesus, não existe segurança, eu não vejo retorno. Eu não sei, eu espero que a partir dessa denúncia que eu vi, acho que não é uma questão de coragem, é uma questão de obrigação, é uma questão de honra. A gente que defende os direitos humanos não pode de jeito nenhum se omitir e ter medo de ser ousada, porque uma coisa que sou, eu sou muito ousada. Fala-se que a Polícia ela é ousada. Ela não é ousada, ela corrupta, a maioria dos policiais, infelizmente. Eu tenho muitos amigos que são policiais, conheço pessoas honestas dentro da Polícia, mas em sua maioria, o que eu tenho visto é que realmente é necessário um novo programa de segurança pública. Infelizmente a insegurança pública do nosso País é grande, não é segurança pública. A segurança pública está falida, claro que tem lugares que é louvável o que a Secretaria faz. A gente nunca fala nada generalizado. Mas eu fico muito contente, porque devido às nossas denúncias muitos jovens não foram mortos. É por isso que eu ainda não me arrependi. É por isso que nunca vou me arrepender, é por isso que estou aqui, porque nós conseguimos, com a nossa luta, com o nosso amorismo, com o nosso bebezinho, que é o Fórum de Direitos Humanos, lutar. E eu me sinto muito... eu me emociono todas as vezes que falo. Porque talvez nem para minha cidade eu vou poder voltar mais. Então, fica aí a sugestão do Fórum de Direitos Humanos de a gente defender essa bandeira, buscar uma alternativa federal, uma força-tarefa para que a gente descubra meios para combater, porque se a gente não combater, infelizmente, muitos vão morrer, ainda



continuarão morrendo. Se a gente não lutar, se a gente também não for para a base, como lá em Santo Antonio está precisando de uma força-tarefa, que a cidade está realmente desestruturada a nível de segurança, apesar que eu nunca achei que fosse, várias pessoas não vão querer mais acreditar em direitos humanos, não vão mais lutar, não vão mais denunciar. *“Se não existe segurança, como é que eu vou denunciar? Que garantia eu vou ter?”* As pessoas me perguntam isso. *“Ana, que garantia eu vou ter de denunciar? Eu vou ser morta como o Gerson foi? Eu vou ter que sair da cidade como você saiu?”* Então, são coisas que eu também não tenho resposta. Eu não posso querer que todo mundo tenha a mesma coragem que eu tive. Eu acho que isso ainda é muito pouco. Eu acho que a gente precisa se reunir, precisa discutir, levantar essa bandeira. Se as pessoas que enfrentam essa questão no meio mesmo não se unirem, a gente não defender uma proposta de trabalho a nível federal também, pode esquecer, porque as coisas vão ficar do jeito que eles querem, policiais, a maioria matando arbitrariamente e etc. e tal. Então me perdoe, gente, eu me emocionar. Eu vim muito preparada para que isso não acontecesse, mas infelizmente é muito duro você está num lugar sozinha. É fácil lutar lá em Salvador, tem dado apoio o Luiz Alberto, o Luiz Couto têm dado esse apoio, a gente sabe, mas lá dentro, companheiros, até o Fórum de Direitos Humanos, que tinha 11 pessoas, tem 5 hoje, porque eles têm medo. E aí, como é que vai ficar? O que a gente vai mostrar à população que está sendo feito, diante dessas denúncias? Ninguém mais acredita, todo mundo: *“Poxa, Ana foi embora da cidade, ela que é dos direitos humanos foi embora, ficou com medo. E eu vou denunciar?”* Então, são essas coisas que a gente precisa mostrar à comunidade que é muito pelo contrário. Existe uma CPI que é louvável, acho que isso foi um grande passo, está de parabéns as pessoas que sugeriram isso. Estou vindo para aqui porque eu acredito, sim, que esta CPI vai dar um resultado, nós vamos ter esse resultado na Bahia, mas que a gente precisa correr contra o tempo. É rápido, o meu tempo já esgotou, falei demais, mas uma denúncia que quero fazer é a respeito de uma testemunha nossa. É um rapaz que está sendo denunciado. O Luiz Couto já sabe da situação dele. Ele fugiu daquela vez, mas graças a Deus ele apareceu. Segundo declaração dele, ele foi ameaçado por 3 policiais. Ele preferiu fugir do que ficar lá. Mas ele se entregou à coordenadoria de lá da Polícia, junto com o Ministério Público e seus advogados,



alegando isso. E ele está sofrendo. A mãe tem feito denúncias de que o filho não tem culpa, que ele não foi pego em flagrante. A única coisa realmente que ele afirma para mim é sobre a moto, que ele sabia que a moto era roubada, mas que ele indicou uma pessoa para comprar. E isso no caso é receptação. Ele diz que responde por isso. Agora o que ele não vai responder é por um crime que ele não cometeu. Ele está sendo enquadrado em 4 assaltos de cargas, como formador de quadrilha. Ele está passando por uma situação difícil porque ele denunciou a ação, ele foi uma das testemunhas que viu esses policiais pegarem o Paulinho, que está desaparecido. A gente acredita, pelas informações que ele tem — ele me pediu que eu colocasse isso, e é por isso que estou colocando, não quero fazer juízo de valor diante disso —, ele está sofrendo retaliações. Até para você ver, o inquérito dele tem assim: termo de prisão em flagrante. E no próprio termo tem o contrário, que ele não foi preso em flagrante, que foi pego meses depois de suspeitas. Tem aqui: que esses colegas estavam investigando, tal, tal, e que eles conduziram e que sabiam que tinha 4 meses de um assalto e 4 meses de outro. E, na verdade, aqui tem auto de prisão em flagrante. Eles não foram pegos em flagrante. Então, até isso aqui, o advogado, se quisesse derrubar esse processo, teria derrubado. Vou deixar aqui para vocês analisarem um pouco dessa denúncia. E especificamente ele está... Ele foi, ele foi... Tem o mesmo Honorato, que é amigo e está junto com ele no processo, encontra-se incomunicável porque tem 3 meses que ele foi transferido para Ubaíra. A família já foi nos procurar, informando que se encontra na delegacia. Honorato, de alta periculosidade, não tem direito a visitas, só com a prévia autorização do juiz de Laje. E a mesma coisa Sílvio, que foi transferido para a Casa de Detenção Lemos de Brito, em Salvador, e que o juiz pede a mesma coisa. Só que lá na Lemos de Brito é diferente, porque a Comissão de Direitos Humanos está acompanhando. E o delegado adjunto está sendo conivente porque ele sabe que, se ele fizer isso, pode-se entrar com uma representação contra ele. Mas lá em Ubaíra, que é longe, Honorato há 3 meses não sabe o que é vestir uma roupa, a não ser a dos amigos dele de cela, e não tem direito a visita. Então, esse tipo de coisa que a gente deixa aqui a denúncia. Que a partir de hoje a gente possa pensar em como essas coisas podem melhorar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Alberto, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, queria, mais uma vez, não é nem parabenizar, porque como somos militantes dessa área de direitos humanos sabemos da dificuldade e do risco que é militar nessa área. E parte da sociedade tenta — acho que é uma forma, inclusive, de repressão à militância de direitos humanos — caracterizar que são pessoas que defendem bandidos e confronta essa militância mostrando vítimas policiais que o movimento nunca dá assistência, o que não é verdade. É uma forma de repressão que é estimulada por autoridades, emissoras de rádio, imprensa, algum setor de imprensa, para tentar anular a militância nessa área. E não só a militância como desestimular, no mínimo, que o Estado tenha uma política mais agressiva em relação à defesa dos direitos humanos. Portanto, acho seu depoimento corajoso, demonstra, inclusive, a gravidade que é a situação de direitos humanos no País, em particular na Bahia. Quando estivemos lá, a Comissão, eu e o Deputado Luiz Couto conversamos com Ana Rita, com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, com a Promotora Ana Rita. Logo após isso, vi uma autoridade do Estado, da Secretaria de Segurança Pública, dizer na imprensa que há muita denúncia, mas não se prova nada. Quer dizer, um discurso que, por trás, está a defesa da impunidade desses agentes, principalmente agentes policiais que participam desse processo de formação de grupos de extermínio, o que eles chamam — que você tenta descaracterizar o termo, que é correto — de justiceiros dentro da comunidade. Mas eu queria só fazer algumas indagações. É o seguinte: esses policiais que você citou, o Luís de Bia e o Gilvan Pomponet estão presos. Existem outros policiais envolvidos que foram denunciados e não foram presos, ou só esses dois fazem parte?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Existem outros, que é o Raimundo Santos, o Vladimir e o Josias, que é polícia civil. São os que estão no processo da Dra. Ana Rita, que fez a denúncia. São esses 5 policiais, um é civil. Têm outros também, mas infelizmente, as pessoas não tiveram coragem de denunciar a participação de outros policiais.



O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Além desses policiais, os militares civis, existem pessoas que não são de corporação nenhuma, são policiais que fazem parte do grupo, que foram denunciados ou que são comentados?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Não, não. A única coisa que se comenta — eu nunca vi também, mas as denúncias que nós temos apontam, porque todo mundo coloca a mesma coisa — é que a maioria desses jovens, quando eles eram pegos, eram pegos no carro da... que tinha um emblema, não era que é da Telemar, não é isso, mas eu acho que era, na verdade, emblemas forjados da Telemar, tinha carro Telemar, COELBA e EMBASA. Sempre tinha escrito do lado. E eles chamavam aqueles carros e outros que não tinham emblema de “Frigossage”, porque Frigossage é o nome dado a um abatedouro de carne que tem no Município. Então, por conta de ter executado esses meninos, eles diziam: “*Lá vem o carro da Frigossage.*” Ou seja, quando esses policiais passavam, diziam que era um carro da Frigossage. A comunidade toda sabe. Infelizmente não pode falar porque tem medo.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Ana Maria, me diga uma coisa: qual comportamento... Há quantas emissoras de rádio no Município?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Três: uma AM e duas FM.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Qual o comportamento das emissoras em relação a esse fato? Eles fazem o debate ou tomam alguma posição específica em relação a essas denúncias?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - É muito relativo. Depende de quem esteja no comando do programa. Inclusive, a última decepção nossa é que eles, na mesma hora que falam, dão apoio à questão dos direitos humanos, vão lá, desmentem tudo, dão outra idéia de direitos humanos, na verdade, né, que é defensora de bandido mesmo. É a Cultura. E também tem outra. Inclusive tem um radialista que é muito... Eu achei assim... Fiquei até surpresa. Eu acho que foi por isso que ele não fez o último programa falando da questão da decisão que o promotor tinha acatado e nem da provável saída desse policial, porque criou um grande pânico na cidade e também um alvoroço diante de que os policiais iriam sair. Foi aquela... Já estavam botando os carros da Polícia para sair em caminhada. Esse tipo de coisa que eu fiquei sabendo, porque eu não estava na cidade. Então, o que foi que aconteceu? Tirou um desses rapazes que me defendeu. Ele disse o seguinte: teve uma pessoa



que foi dizer: *“Ana Maria, do Fórum de Direitos Humanos, ela defende bandido. E é por isso que morreu fulano de tal, beltrano, sicrano, porque os policiais estão presos. E veio para aqui trazer a relatora da ONU para denegrir a imagem do Município.”* Aí esse radialista me defendeu dizendo que ninguém teria a coragem que o Fórum teve de levar a relatora da ONU, falou que não admitia falar desse jeito comigo. Daí os policiais, eles sempre estão na rádio quando tem audiência, eles dizem que eu vou ser candidata a Vereadora e que eu estou querendo me promover diante disso, para eu ser honesta, para eu não fazer isso com eles, porque eles estão sofrendo, que ele vai ficar paralítico por conta disso, que eu peguei pesado em levar a relatora da ONU e deixar passar no Fantástico etc. e tal. Então são esses tipos de coisas. Eles vão... Na última audiência deles, eles diziam: *“Deus está no comando e no peito”*. Imaginem que absurdo a gente vê! Deus está no comando mesmo — com certeza não no deles.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Ana Maria, você sabe ou tem indício de que exista ligação desse grupo de extermínio, esses policiais que estão envolvidos, que foram denunciados, com comerciantes? Se existe uma relação onde eles recebam dinheiro, ou são estimulados pelos comerciantes locais?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Olha, nós recebemos uma denúncia de que alguns comerciantes — eu não soube do nome também — dariam prêmios aos comandantes, para dar ao pessoal no final do ano. Esse tipo de coisa. Mas não ficou claro se era dinheiro, se tem algum envolvimento. Mas que eu já ouvi, sim, comentário de alguns comerciantes. Mas não relataram o nome para a minha pessoa, preferiram não dizer o nome. Agora, eu não posso afirmar se isso é verdade ou não. Agora, quando essas vítimas faziam denúncia, nunca tocaram nessa questão dos comerciantes da cidade, exceto uma denúncia que eu não posso relatar aqui de que tinha uma pessoa envolvida na política dando apoio ao grupo. Mas isso são coisas que a gente não pode ainda relatar, por conta da investigação do caso.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Eu queria, Sr. Presidente, sugerir inclusive, dado esse depoimento da Ana, que a gente pudesse criar as condições para ela fazer um depoimento sigiloso à Comissão, porque eu acho importante que alguns elementos que ela coloca que não pode falar publicamente que a Comissão tenha acesso, para completar o quadro de depoimento dela a esta Comissão. Mas



existe uma situação que é muito comum em cidade do interior, que é dado inclusive não só por isso, mas dado principalmente a um processo de sucateamento do aparelho policial, as delegacias sem equipamento. Têm o carro, mas de repente o carro não tem pneu; se tem pneu, não tem gasolina; se tem gasolina, o motor está batido. Ou seja, estão totalmente desparelhadas. Mas é comum, por exemplo, comerciantes contribuírem na delegacia, ou com o batalhão de Polícia, com combustível. Eles falam que estão ajudando a Polícia a ter o mínimo de condição para fazer o seu trabalho. Isso existe lá em Santo Antônio de Jesus?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Olha, eu não posso afirmar, mas eu já vi, sim, indícios de que ajudam na questão. Sempre pedem. De vez em quando eu vejo na rádio solicitando gasolina da Prefeitura, de alguns Parlamentares. Eu não tenho certeza se eles dão realmente, mas, salvo engano, eu acredito que sim. Eu acredito, porque já ouvi comentários em rádios, mas não posso afirmar se realmente isso acontece.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Existem comentários de que a promotora, que já foi inclusive ouvida por esta Comissão lá da Bahia, pode estar na iminência de ser removida lá do posto, lá na comarca.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Com certeza. Eu acho que isso vai ser mais um complicador do processo. Eu acredito que a Dra. Ana Rita não volte mais a exercer a função de Promotora no Município de Santo Antônio, por conta até disso que ela sofreu com o próprio colega. A gente conversou. "*Ana, isso não foi bom, o parecer do Ministério Público favorável ao dos advogados.*" Porque criou uma polêmica muito grande. Mas eu acredito que, pelo que eu conheço de Dra. Ana Rita, eu tenho certeza que ela continuará dando apoio à gente, mesmo se for designado outro Promotor, até porque o processo já está em fase final. Mas a minha preocupação é quem vai assumir as próximas denúncias. Minha preocupação toda é essa. Se desde quando os promotores de lá, exceto o Dr. Evandro, que também tem acompanhado esse processo... Eu até sugiro que ele seja convocado por esta CPI para vir depor, até porque ele foi ameaçado de morte e ficou sendo escoltado pela Polícia também. O Dr. Evandro é o Promotor da Criança e Juventude. Ele é um homem muito bom, comprometido. Foi quem deu início a todas as investigações. Eu sugiro o nome dele como depoente desta CPI. Acho interessante. Ele tem muitos



dados a nos apresentar, como Dra. Ana Rita teve. Mas eu acredito que, no decorrer das coisas... Ela vai sair não por uma pressão popular, não por uma questão política de lá do Município, mas sim por uma questão mesmo até de tentar poupá-la, porque Dra. Ana Rita fez um trabalho muito bom. Ela conversou comigo que ela continuará ajudando, mas não me colocou a claras se ela vai sair ou não. Mas eu já sei. Ela há 2 semanas já era para estar em Santo Antônio. Ela não foi ainda porque, com certeza, ela não vai mais ficar na Comarca. Ela não fica lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, encerrando minhas perguntas, demonstra aí a ousadia mesmo desses grupos. O fato de logo após o depoimento prestado à relatora da ONU para Direitos Humanos, a Dra. Asma Jahangir, o grupo ter ido lá e matado, assassinado a pessoa que fez o depoimento, demonstra que eles são assim. A convivência de algumas instituições é evidente, e, ao mesmo tempo, eles fazem um acinte a outras instituições. Eles não respeitam nada. Sabem da impunidade, sabem da proteção. Acho que esse fato de a Sra. Ana Maria dizer que há uma informação de que existe um Parlamentar envolvido na proteção desse grupo... Eu perguntaria: é Parlamentar Federal ou Estadual?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Estadual.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Estadual.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Não, não é Estadual, é Municipal.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Ah! Municipal.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Municipal.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - De qualquer forma, acho...

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Não, na verdade são 2 que eu tenho informações, um Estadual e um Municipal. O que eu não sei é se esse Municipal, ele está tão envolvido diretamente. Eu não sei se é uma questão de ingenuidade da conversa. Mas não sei, hoje em dia a gente não pode confiar tanto nessa ingenuidade não.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Pois é, eu acho grave essa denúncia. Se a Comissão pudesse receber essa denúncia de forma até sigilosa... Por fim, eu queria colocar duas sugestões, uma para a nossa Comissão, outra para a própria Ana. Eu acho o seguinte. Você falou que o PROVITA lhe ofereceu proteção e que você acha que não deveria receber essa proteção. Eu acho prudente que deva



receber proteção sim. A questão da segurança das pessoas é um negócio muito sério. Como disse o nosso jornalista ali, nós não podemos brincar com a segurança das pessoas, com a nossa em particular, com a de outras pessoas. Se existe a possibilidade de ter uma segurança que não lhe limite a ação, a militância, é bom para o movimento que a gente proteja as pessoas que têm compromisso com isso, senão esse crime organizado, ele sai vencedor em todas as vezes. A gente sabe de várias denúncias de Fulano e Beltrano que estão ameaçados. Não se toma nenhuma atitude, de repente essa pessoa foi eliminada, e aí é o crime vencendo todas. Eu acho prudente que, se não o PROVITA, que se pudesse solicitar à Comissão proteção, ou ao Ministério da Justiça. É fundamental que isso seja reforçado.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Já foi solicitado isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - É fundamental que isso seja reforçado.

O fato de você ser obrigada a abandonar a sua cidade para se proteger — é uma forma de proteção, porque você saiu de lá não foi à toa — dificulta o trabalho. Portanto eu acho que você deveria pensar um pouco mais nessa possibilidade de uma proteção mais formal, dirigida. Acho que deveria dirigir à CPI também esse pedido de proteção. Outra sugestão, Sr. Presidente, Sr. Relator. Eu perguntei à Ana sobre o papel que a imprensa tem cumprido. Eu falo imprensa porque em Município normalmente o rádio é o meio de comunicação mais utilizado pela comunidade, ouvido muito bem. Às vezes o rádio estimula essa repressão à militância, estimula a ação dos grupos de extermínio. Eu acho que, na medida em que esta CPI identifique as ações dessas emissoras de rádio ou de televisão, se for o caso, estimulando o crime, que nós façamos uma denuncia formal ao Ministério das Comunicações, para que tome as medidas necessárias. Nós sabemos que existem dispositivos legais que regulam a concessão, esse tipo de concessão, um papel que esse meio de comunicação tem de cumprir. Nós não podemos deixar de estar denunciando isso. Ou seja, é uma concessão do Estado que está sendo utilizada para estimular o crime, se agregando inclusive a instituições do Estado, como a própria Polícia — há participação de policiais, com a conivência de setores da Polícia Militar a serviço do nosso País. Portanto eu acho que nós precisamos, na medida em que se identifique a ação dessas emissoras de rádio no estímulo a esse tipo de ação criminosa, que



nós precisamos formalmente denunciar ao Ministério das Comunicações essa... para se tomarem as medidas necessárias. Por fim, quero agradecer, mais uma vez, a presença da Ana aqui neste depoimento. Acho que foi muito importante para o trabalho da nossa Comissão.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Eu é que agradeço. Dentro desse questionamento, eu gostaria que esta Comissão, se possível — é uma sugestão —, solicitasse de todas as rádios, porque eles têm as fitas, os depoimentos dos policiais, certo?, dos policiais, as entrevistas que eles deram nas rádios, e uma carta que eu não sei se a Dra. Ana Rita trouxe — trouxe, né? — a respeito dessa questão. Mas era bom se vocês fizessem o pedido das fitas, porque tem muitas declarações, inclusive uma de que o Luís de Bia disse que não conhece o Pomponet. Mas o Pomponet disse que conhece o Luís de Bia há 4 anos. Wladmir disse que não conhecia o Pomponet. O Pomponet disse que conhece. Então é uma contradição, e essas fitas dão a garantia também de provas para a gente. Uma outra coisa eu queria saber de vocês. Eu acho que não é legal. Tem um menino que viu o Paulinho ser executado, né? O Honorato e o Sílvio, eles viram no momento que pegou, mas não viram a execução. Mas o menino que estava conduzindo a moto quando ele foi pego por esses policiais, ele também foi, e ele viu até o último momento da execução do rapaz. A gente tem coisas que provam ele falando, várias pessoas ouviram ele falando que ele realmente viu o crime. Só que ele nega tudo, ele vai negar agora. Na última audiência é ele que vai falar. Ele me falou em particular que ele não viu nada, que ele não sabe de nada. Mas tem testemunhas, tem duas testemunhas que não querem falar na Justiça porque têm medo de ser mortas. Mas já tem outras que querem falar que ouviram ele dizer. Aí eu quero saber se isso tem alguma legalidade. Porque Sílvio sugeriu, o menino que está preso, que contou que ele falou tudo de como foi a morte de Paulo ou não, sugeriu que fosse feita uma acareação entre ele e o rapaz que viu a morte, porque ele disse que confirma. Eu quero saber de você se isso é legal, se essas testemunhas que ouviram ele falar a gente pode colocar no processo, sugerir que a Promotora ouça essas pessoas, mesmo ele negando tudo. Porque o principal é ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Couto.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Acho que a consultoria deveria analisar essa sua preocupação e dar uma resposta para a CPI. No caso das gravações, normalmente as emissoras ficam até 5 dias.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Lá são 2 meses.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dois meses.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Mas eles não jogaram fora não, porque eles têm interesse.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então nesse caso seria de solicitar essas informações. Em primeiro lugar, eu gostaria de saber de Ana Maria se ela tem alguma coisa a prestar como depoimento que ela gostaria de fazer em caráter reservado.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Tenho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então requero, Sr. Presidente, que após a oitiva de Ana Maria, que nós possamos suspender a sessão para fazer a oitiva em caráter reservado da Sra. Ana Maria, sobre fatos que ela possa trazer para as investigações. Ana, você coloca Santo Antônio de Jesus, mas parece que a questão do extermínio não se vincula apenas a Santo Antônio de Jesus. Tem outras cidades próximas que também têm denúncia de extermínio, não é isso?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Com certeza.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que cidades são essas?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Que eu saiba, Feira de Santa, Cruz das Almas, Nazaré, que é perto, por conta da extensão, Ilha de Itaparica, Vera Cruz fiquei sabendo, e desse lado de Laje. Na verdade eu não acredito que seja bem no Município, mas pessoas ligadas à região. E a extensão maior, que é Salvador. Na verdade, esse grupo eu acho que é interligado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. No caso do assassinato do mecânico Gérson de Jesus Bispo, executado 20 dias depois de prestar depoimento à Relatora da ONU, você pode dizer como é que está o andamento das investigações? Ou elas pararam? Como é que está o andamento das investigações do assassinato de Gérson de Jesus Bispo?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Olha, quanto ao assassinato de Gérson, já terminou o inquérito da Polícia Federal, e o Delegado Nelson Pires, Dr. Nelson Pires,



ele formou um relatório de 39 páginas, salvo engano. Ele coloca no relatório, foi o que ele passou para mim, que seria o mandante do crime a avó de Reginaldo. O que estava conduzindo a moto era o próprio Reginaldo, e por conta de Amarailton, que morreu naquela mesma semana que vocês estiveram lá. Aí o que acontece? Dizem no inquérito que a família de Reginaldo disse que quem matou Amarailton foi o próprio Gérson, que morreu. Só que isso não existe, né? Isso é uma coisa que é bom nem a gente nem reproduzir, porque Gérson não era marginal, não era bandido. Mas já foi terminado o inquérito, e o inquérito aponta mandante do crime a avó de Reginaldo. Reginaldo quem estava pilotando, e Dedé quem deu o disparo dos tiros. Só que teve denúncia no Ministério Público que quem deu o tiro foi um carro marrom que ia passando na hora. Uma pessoa ligou imediatamente para o Ministério Público, à tarde, para fazer a denúncia, e duas pessoas também denunciaram que viram alguns policiais tramando a morte de Gérson. Só que eu não sei se foram levados em consideração esses depoimentos ou não. Não sei se a Polícia Federal teve a oportunidade de ouvir essas pessoas. Mas Reginaldo inclusive encontra-se preso. Ontem foi a oitiva dele, né? Ele encontra-se preso em Valença. Inclusive ele fez a denúncia de que ele já estava sendo perseguido por policiais — fez logo a denúncia ontem — e que também os próprios presos já estavam dizendo que já sabiam da vida dele toda. Então, na verdade a gente fica com medo, já com algumas interrogações, porque ele é uma testemunha que foi pego 3 vezes por esses policiais e não foi morto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse grupo de extermínio, depois da repercussão da morte de Gérson, do assassinato, houve alguma inibição, ou, pelo contrário, houve... As ameaças diminuíram? As mortes diminuíram? Ou foi o contrário?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Olha, quanto às mortes, diminuíram, não houve mais mortes, mas, quanto às ameaças, elas continuaram, tanto que todas as pessoas ameaçadas que já estavam protegidas e que voltaram, elas retornaram para um lugar seguro, todas foram ameaçadas após a vinda da Relatora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Houve alguma mudança na atitude das autoridades policiais?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Não consegui ver nenhuma.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nenhuma.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É notória a participação direta de policiais civis e militares nos grupos de extermínio, sendo que, no caso de Santo Antônio, parece que o grupo é formado exclusivamente... Tem policiais militares e tem 1 civil, não é, que você falou?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Tem 1 civil. O único que está indiciado é um civil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pergunto: também nesse grupo, deu para identificar a presença de vigilantes de empresas clandestinas?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Não, não, não tem não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso do desaparecimento do Paulinho, houve alguma evolução ou algum fato novo nas investigações desse caso?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Houve sim, foi a denúncia desses 2 meninos que estão presos, o qual eu trouxe, de Sílvio e Honorato, que foi quem viu realmente pegarem Paulinho. Eles viram. Eles contam com detalhes. Muito precisa a oitiva deles. Eles falaram tudo, e quem viu o depoimento, quem viu a morte de Paulinho. Ele se recusa, ele não quer denunciar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso, Sílvio...

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Sílvio e Honorato são testemunhas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sílvio é aquele que...

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Desapareceram os 2. Não, os 2 que fugiram da cadeia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Que agora já estão presos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é, o Sílvio está onde agora?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Ele está em Salvador, na casa de detenção.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Honorato está onde?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Em Ubaíra. Honorato é que ninguém até hoje da família conseguiu ver. Mas o Sílvio está sendo visto. Porque a primeira



impressão quando nós da Comissão... Inclusive eu estive lá com a família de Sílvio, para ver Sílvio. O delegado me encontrou e disse: olha, este menino é de alta periculosidade, eu tenho um relatório de 3 folhas falando dele, ele é envolvido em grupo de extermínio. Eu digo: doutor, permita-me, ele é vítima do grupo de extermínio, ele foi vítima de tortura, conforme declaração dele. O termo eu tenho aqui e vou entregar a vocês. Quatro dias depois de ele ter confessado o crime para assinar o inquérito policial, segundo informação dele, ele foi torturado com choques elétricos nos testículos, os 2. Honorato foi arrastado para a cascalheira, ficou todo arreventado. Fizeram exame de corpo de delito, e o juiz de Laje... A informação que eu tenho do advogado é que o juiz não aceitou. Disse que aquele exame de corpo de delito não queria dizer nada, nem a declaração que eles fizeram junto ao Ministério Público e à juíza. Eles negam tudo. Eles falam que eles só confirmaram o crime porque eles foram torturados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso do Sílvio e do Honorato, depois que eles se entregaram — no caso ele diz que eles foram presos em flagrantes —, quando eles se entregaram, houve uma série de inquéritos que foram forjados para acusar o Sílvio e o Honorato de diversos crimes.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Exatamente. É o que se...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Roubo de cargas.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Roubo de cargas e receptação de roubo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E receptação.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - E o Honorato, a informação que eu tenho é de que realmente ele só foi envolvido porque ele era muito amigo de Sílvio. E Sílvio disse que o único crime que ele cometeu, mesmo sendo sem pensar, foi a receptação, porque ele sabia que a moto era roubada, mas ele indicou uma pessoa para comprar a moto. Ele diz que é a única coisa que ele tem, até porque no dia de um desses assaltos ele estava hospitalizado. Tem prova, laudo médico, tudo direitinho, mas infelizmente ele continua preso. Por que a gente não sabe.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Paulo teria sido colocado num carro...

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Um Gol.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Num Gol.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Gol branco, vidro fumê.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Fumê. Continua aquelas propagandas?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Não, não, carro chapa fria.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Chapa fria.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quem seriam esses policiais que...

A SRA. ANA MARIA SANTOS - ...que eles identificaram?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - O Luís de Bia e o Pomponet. Eles 2 identificaram esses policiais, que estão presos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esses policiais... No caso o Luís de Bia...

A SRA. ANA MARIA SANTOS - ... e o Pomponet estão presos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você fala que sofreu e sofre ameaças de morte por parte de pessoas desse grupo. Essa carta que foi encaminhada, ela foi encaminhada para quem?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Essa carta foi encaminhada para um rapaz que ele está... Quer dizer, na verdade eu não sei se ele morreu, mas eu acho que não. Ele sumiu, é Toinho. A carta foi endereçada para ele, e esse Toinho passou para o irmão, para Gilson, antes de ele desaparecer. Aí o irmão ficou com a carta e nos deu a cópia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Quando nós estivemos pela primeira vez em Santo Antônio, você já era ameaçada. Depois da ida da Relatora da ONU e depois da morte do Gérson, que tipo de ameaças você sofreu, além de cartas em que você é seguida, de pessoas que foram em frente à sua casa, que deixaram... Telefone também?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Também. No dia que eu fui ameaçada mesmo pelo meu celular, o único dia, foi na segunda-feira, dia 22, depois da vinda da Relatora. Aí foi quando eu fui ao Ministério Público e denunciei. A Dra. Ana Rita pediu que alguns seguranças ficassem comigo, da Polícia Militar. Isso foi dia 22 de setembro. Quando foi dia 9 de outubro, Gérson faleceu. Aí eu fiquei 4 dias no Ministério Público, né, e só saí escoltada da Polícia Federal para Salvador.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por traz desse grupo de extermínio, deu para identificar algum mandante?



A SRA. ANA MARIA SANTOS - Mandante?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Com certeza. Eu acredito que um dos mandantes sejam os coronéis. Quem estava no comando deviam ser os coronéis. E outra, nós temos denúncias lícitas que dizem que desde 2000 se tem grupos de extermínios em Santo Antônio de Jesus.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com relação a depoimentos de que pessoas são levadas e são torturadas, algumas delas são torturadas, essas pessoas também foram extorquidas por parte desses policiais?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - De dinheiro?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Não. Eles só queriam mesmo saber quem eram as pessoas que passavam droga, se eles podiam comentar como era a casa de Fulano, para tentar executar. Eles queriam executar. E muitas vezes eles solicitavam que esses meninos fossem os X-9 deles. Só que a maioria não aceitava, então eles faziam aquela chantagem de...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - X-9 é informante?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - É. Chantagem de tortura, de roleta russa, tanto que o Reginaldo, ele fala que os policiais, depois que ele disse que já tinha denunciado à Comissão de Direitos Humanos da AL e ao Fórum de Direitos Humanos, eles mudaram de conversa: então tudo bem. Então você diz à gente como é a casa de Fulano de Tal e a gente lhe deixa ir embora. Aí ele disse: está bom, eu lhe conto, eu vou lhe dizer tudo. Aí ele foi solto, mas ele depois não....

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E esses membros são financiados por alguém ou...

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Olha, como foi feita essa denúncia... Perdão, não foi bem uma denúncia, foi um diálogo que nós tivemos com algumas pessoas, e essas pessoas afirmam que tem pessoas que ajudam dessa forma, né, mandando brinde para dar no final do ano a tais policiais. Dizem que tem alguns que recebem um dinheiro extra, né, no final do ano, que quem proporciona isso são alguns comerciantes. Agora, eu não sei da veracidade desses fatos, porque a gente não tem uma informação precisa.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há muito tempo, desde 2000, que você escuta falar disso aqui. E o outro escalão da Secretaria de Segurança Pública com relação a esses grupos de extermínio?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Como?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qual tem sido a postura do alto escalão da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Eu não estou vendo... Agora que o Secretário de Segurança Pública diz que existe grupo de extermínio, que vai tomar as medidas em relação. O Vice-Governador também disse que existia grupo, que já é evidente a existência de grupo de extermínio e que o Governo vai tomar as medidas cabíveis. Só que eu não consegui ainda enxergar essas medidas. Eu acho que, muito pelo contrário, as coisas têm se intensificado mais. Esses grupos estão continuando a agir de forma ilegal, como tem acontecido no nordeste de Amaralina. Quem pegar o jornal *A Tarde* vê que teve morte já esta semana. O bairro todo está em pânico, não entra ninguém, por conta de um policial que foi morto. Mataram, segundo informação dos jornais, porque esses policiais executaram outro jovem. Então isso é uma prova de que existe a falência, né, da Secretaria de Segurança Pública e de que é necessária uma nova ação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E essa ação de extermínio, ela é isolada ou tem alguma relação com outras atividades criminosas, como o tráfico de armas...?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Narcotráfico?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Ó, segundo uma informação que eu tive de uma pessoa bem esclarecida, foi um fato novo. Eu já não estava mais em Santo Antônio. Essa pessoa me procurou em conversa. Ele disse assim: olha, esses policiais, eles são uns meros instrumentos, porque quem está por trás disso é muita gente que ganha com tráfico de droga e com roubo de cargas. Na verdade, o que é que acontece? O que ele me disse foi o seguinte: que os policiais são pagos. Por exemplo, tinha alguns meninos que alguns comerciantes... Isso segundo informação, isso eu não vou afirmar, não estou afirmando nada. Eles roubavam a carga e depois esses comerciantes pagavam esses policiais para executar esses meninos. Certo?



Mas eu não sei da veracidade, porque eu não conheço nenhum caso, inquirido nenhum, nem das prisões deles o motivo. Não existia isso. Era mais furto, sem porte de arma. Então acredito que a maioria desses meninos não tenha sido envolvida por isso não, não tenha sido executada por esse motivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E qual é a maneira de operar desse grupo? Eles vão direto à casa ou pegam as pessoas... Como é que eles operam? O modo de operar desse grupo.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Ó, primeiro, as ações deles são tão inescrupulosas, que para o senhor ter idéia teve uma mãe que ela não quer saber, porque ela acha que o filho dela é danado, só anda com má companhia. Ela adorava quando o Pomponet ia na casa dela pegar o filho dela para torturar. Ela não questionava muito não. Ela gostava, porque ela achava que o menino ia melhorar com isso. Então é o seguinte: eles entravam na casa desses meninos. Vou dizer um exemplo real. Eles entravam na casa desses meninos que tinham... A vizinha via do lado Telemar, geralmente de dia, aí ia lá meio-dia, pegava o menino, batia, batia, batia, torturava, fazia roleta russa, era câmara de ar... Ele contou para a gente. Ele mesmo contou tudo. A própria mãe dele me contou. O próprio irmão me contou tudo. E chegava com o menino meia-noite e jogava em casa: aqui, ó, o seu filho, desta vez ele não morreu não, mas da próxima ele vai morrer. Então ele foi pego 4 vezes por esse mesmo grupo, foi torturado. Ele inclusive tem trauma disso. Ele tem 18 anos hoje. Ele foi pego com 15, né, com 15 anos, e foi torturado várias vezes. E eles agiam de forma... ousada não, eu digo inescrupulosa mesmo. Entravam na casa, arrastavam os meninos, se vissem na rua pegavam na vista de qualquer pessoa, jogavam no fundo do carro. Os meninos gritavam, pediam para não deixar e eles diziam que aqui é bandido, é marginal que a gente está prendendo. E geralmente, quando eles saíam, eles já saíam com as fotos de todos esses detentos na mão, já investigando. E a forma camuflada dele conseguir descobrir, no caso a informação que a gente tem é que o próprio Pomponet se vestia de mendigo, de rastafari, para tentar confundir, dizer que eles não eram policiais. Eles iam aí catando, bebiam com os meninos, aí deixavam os copos da cerveja, ficavam observando, fingiam que estavam bêbados, viam se os meninos botavam alguma coisa na bebida deles. Mesmo assim eles jogavam a bebida fora. Era esse tipo de tática que ele usava.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a faixa etária das vítimas? De quanto a quanto?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Geralmente de 15 a 23 anos, 24. Os mais velhos são 2: um de 26 e um de 27. No caso, o Elias foi morto, um senhor, porque ele foi confundido com o Elias do bairro, que já tinha cometido alguns delitos. Aí ele foi morto enganado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você tem informação sobre onde é feita a desova dos corpos? Tem vários desaparecidos, né?

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Tenho sim, e tenho já inclusive... A Justiça pediu que, se eu conseguisse o endereço correto, o nome do proprietário de lá do local, que tentariam ver uma investigação para ver se tinha corpos. E eu consegui. Eu tenho o nome do dono. Porque você não pode invadir, né, porque lá é uma área privada, apesar de ficar à toa. Mas tem um dono, que vende cascalho lá, cascalho para obras de asfalto. Então o que acontece é que eu já tenho o nome. Se vocês quiserem, eu posso fornecer para vocês, para que seja pedida uma investigação no local. Tenho todo o mapa. Tenho um mapa de onde eram jogados. Inclusive a gente vai ter um grande trunfo na mão, porque lá é o local, segundo as informações de que eu tenho, onde são feitos os desmontes dos carros roubados. Diz que é numa ribanceira num lugar. Eu já tenho o mapa. A pessoa que trabalha naquele lado me deu todo o mapa. Se eu for, com certeza eu sei identificar, porque o pessoal já disse mais ou menos. Eu acho que não é tão difícil com esses dados, porque disse que é um lugar aonde você vai que você não vê nada, mas, quando você se aproxima mais da ribanceira, aí você vê. E gente veio denunciar que tinha várias covas abertas, que hoje não existem mais, já estão fechadas, porque já executaram. Também onde é que eles jogam os meninos, que eu fiquei sabendo? Na Pedra do Cavalo — eles amarram com uma pedra e jogam —, na Cascalheira e na mata de Dr. Humberto. Quando a Relatora foi lá ela observou, e a gente viu que tinha realmente, assim, pisadas, lugares assim que o mato estava baixo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, estou satisfeito com as informações prestadas pela depoente Ana Maria Santos e quero dizer para a mesma que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana criou um grupo de



trabalho para apresentar propostas para proteção a defensores de direitos humanos. Pela informação que eu tenho, e como o Deputado Eduardo Valverde é o representante da Câmara nesse Conselho, o mesmo já apresentou aqui um projeto dele de proteção aos defensores dos direitos humanos. É importante ter cópia desse projeto, para que de fato as organizações de direitos humanos possam impressionar e solicitar inclusive urgência na tramitação desse projeto.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Com certeza.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você tem toda a razão: nós não podemos dar guarida àqueles que nos ameaçam saindo do local. A gente quer continuar no local, fazendo um trabalho com o direito de ir e vir, sem ser molestado. É um direito que todos nós temos. Então eu queria lhe agradecer e dizer que muitas vezes a gente fica angustiada, aflito com o que a gente vê por parte de algumas pessoas que não querem investigar. E a primeira atitude é desqualificar. A gente tem tido inclusive problemas aqui na CPI para, por exemplo, conseguir votar requerimentos solicitando até documentos de Estados, de autoridades que deveriam ser convocadas ou intimadas para prestar depoimento. Muitas vezes Parlamentares, na hora da votação, solicitam verificação de *quorum*, aí a sessão baixa. Enfim, essa dificuldade nós temos, mas isso não é motivo para a gente desanimar. A gente vai continuar, e eu tenho certeza que também você. Mesmo com todos esses problemas nossos, continuaremos. Temos a certeza de que um dia todos reconhecerão que sem a luta do segmento dos direitos humanos nós hoje não teríamos os avanços que temos no enfrentamento do crime organizado, do narcotráfico,

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Com certeza.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... do extermínio, da exploração sexual de crianças e adolescentes. Parabéns pelo trabalho. Tenha certeza de que nós vamos continuar juntos nessa luta.

A SRA. ANA MARIA SANTOS - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência agradece a você, Ana Maria, pela disposição, pela coragem. A gente sabe também quanto é difícil exercer determinada função quando falta apoio do Poder Público, da própria Polícia, da Justiça, muitas das vezes de políticos. Eu a parabenizo pela sua coragem. Tenho certeza de que você, na tarde e noite de hoje, contribuiu muito para



esta Comissão. Assim como o Deputado Luiz Couto falou, já estamos nos aproximando do final desta Comissão. Já dá para perceber perfeitamente que alguns políticos não têm o mínimo interesse em chegar aos grupos de extermínio e aos verdadeiros criminosos do Nordeste. Mas tenha certeza de que sua vinda aqui contribuiu muito. Eu acho que as pessoas, por serem corajosas como você, sem dúvida alguma... É uma orientação minha. Eu acho que precisa, Deputado Luiz Couto, urgentemente, de proteção mesmo, de segurança. Eu acho que o Iremar também, que está aqui presente, ele não pode pensar em segurança temporária, ou em ronda, porque segurança já é muito difícil. Eu sei o quanto incomoda estar com segurança ao seu lado. Você perde 100% da privacidade, mas, em determinados casos, segurança de ronda, Iremar, e nada eu posso lhe dizer que é a mesma coisa, porque quem está a fim de cometer o delito, ele aproveita a hora, o momento oportuno. Ao meu ver, o cidadão, a cidadã, tem ou que ter segurança permanente ou não ter, porque a ronda... Bom, é uma avaliação pessoal, mas eu posso dizer aos senhores que, dentro das possibilidades e dos limites da CPI, tanto eu quanto o Deputado Luiz Couto estamos à disposição para solicitar, se necessário e se aceitarem também, segurança para ambos. Solicitamos aos funcionários da Casa que preparem a reunião reservada. Esta suspensão esta sessão pelo tempo necessário.